

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Stephanie Marques Moura Franco Belga

**CULTURA DE PAZ NA VIDA COTIDIANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO
PROGRAMA FICA VIVO**

Belo Horizonte

2017

Stephanie Marques Moura Franco Belga

**CULTURA DE PAZ NA VIDA COTIDIANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
DO PROGRAMA FICA VIVO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito para obtenção do título de Mestre.**

Área de concentração: Educação em Saúde

Orientadora: Prof^a Dra. Kenia Lara Silva

Belo Horizonte

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

Belga, Stephanie Marques Moura Franco

Cultura de paz na vida cotidiana [manuscrito]: desafios e
possibilidades do Programa Fica Vivo / Stephanie Marques Moura
Franco Belga. - 2017.

101 f.

Orientadora: Profa. Dra. Kenia Lara Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Enfermagem.

1.Cultura de Paz. 2.Promoção da Saúde. 3.Vida Cotidiana.
4.Enfermagem. I.Silva, Kenia Lara. II.Universidade Federal de
Minas Gerais. Escola de Enfermagem. III.Título.

ATA DE NÚMERO 519 (QUINHENTOS E DEZENOVE) DA SESSÃO PÚBLICA DE ARGUIÇÃO E DEFESA DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA CANDIDATA STEPHANIE MARQUES MOURA FRANCO BELGA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRA EM ENFERMAGEM.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às 09:00 horas, realizou-se no Anfiteatro da Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, a sessão pública para apresentação e defesa da dissertação "*CULTURA DE PAZ NA VIDA COTIDIANA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PROGRAMA FICA VIVO*", da aluna *Stephanie Marques Moura Franco Belga*, candidata ao título de "Mestra em Enfermagem", linha de pesquisa "Educação em Saúde e Enfermagem". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes professores doutores: Kênia Lara Silva (orientadora), Marco Akerman e Elza Machado de Melo, sob a presidência da primeira. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVADA;

APROVADA COM AS MODIFICAÇÕES CONTIDAS NA FOLHA EM ANEXO;

REPROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, Andréia Nogueira Delfino, Secretária do Colegiado de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2017.

Prof^ª. Dr^ª. Kênia Lara Silva
Orientadora (Esc.Enf/UFMG)



Prof. Dr. Marco Akerman
(Faculdade de Saúde Pública da USP)



Prof^ª. Dr^ª. Elza Machado de Melo
(FM/UFMG)




Andréia Nogueira Delfino
Secretária do Colegiado de Pós-Graduação



HOMOLOGADO em reunião do CPG

em 06/02/2017


Prof.ª Dra. Marília Alves
Coordenadora do Colegiado de
Pós-Graduação em Enfermagem

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que se encorajam para
construir uma cultura de paz.*

AGRADECIMENTOS

Depois de todo o tempo de trabalho dedicado para escrever esta dissertação, não sei precisar os sentimentos que invadem o meu coração. É uma mistura maravilhosa de emoções positivas que se desenrolam na sensação de que ainda há muito por fazer. Esta dissertação é resultado de um trabalho que envolveu muitas pessoas queridas. Apresento aqui um simples agradecimento diante da profunda felicidade de tê-los em minha vida.

Aos personagens da minha vida cotidiana...

Inicio os meus agradecimentos a Deus, divino Mestre, pela intuição, proteção e sabedoria ao colocar pessoas tão especiais ao meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta.

Agradeço de maneira muito especial à minha orientadora Kenia Lara Silva, que desde o segundo período da graduação acreditou em meu potencial de uma forma que eu não acreditava ser capaz de corresponder. São seis anos de trabalho juntas que me fazem crescer cada dia mais. Este trabalho é resultado de uma profunda admiração e respeito por você, se hoje trilho meus caminhos como pesquisadora e futura docente, tenha certeza que você foi fundamental para isso. Agradeço também pela liberdade e confiança referente ao desenvolvimento do meu estudo, além da compreensão em momentos difíceis.

Ao Fica Vivo, por me permitir a reflexão constante de que a busca pela igualdade talvez seja o propósito mais complexo e controvertido que se impõe na vida em sociedade. Nesse período juntos, reforcei a crença de que os projetos sociais não podem ser meros passaportes de campanhas políticas e desejo ainda mais que a sociedade viva e aprenda com a diversidade cultural/ racial, reconhecendo a necessidade da inclusão social.

Aos coordenadores e oficinairos do Fica Vivo, com suas valiosas percepções que deram sentido a essa pesquisa.

Aos adolescentes do Fica Vivo, que me fizeram acreditar que a mudança é possível, basta acreditar em nós mesmos e ter coragem.

Às queridas Ana Renata e Francisca, que nos últimos anos estiveram tão próximas (literalmente) de mim e foram tão presentes no desenvolvimento deste trabalho e que, agora, me inspiram a querer ser mais que fui até hoje.

Às minhas amigas de sempre, Ana Luisa, Bruna, Amanda, Franciane, por só quererem o meu bem e me valorizar tanto como pessoa. Obrigada pela amizade!

Aos meus tios, tias, avó, primos, primas, madrinhas e agregados, especialmente tia Lisa, tia Maia, Laisa, vó Cici e madrinha Bá que vibraram comigo, desde a aprovação na prova, e sempre fizeram “propaganda” positiva a meu respeito. Obrigada pela força!

Aos amigos do mestrado e do doutorado, com quem os laços de amizade estenderam-se para além dos “muros da escola”: Mayara, Carla, Lívia, Daniela, João, Kátia, Alexandre.

Às queridas amigas, Ju, Bruna, Adriana, Jocelly, Fernanda, por termos encontrado, em meio as situações do dia a dia, elos verdadeiros de pensamento, convivência e fidelidade, que nos uniram em texto, contexto, e na alegria de sermos pesquisadoras.

Ao NUPEPE pelas possibilidades de reflexão e produção coletiva do conhecimento.

Ao GT de promoção da saúde da Abrasco, pela troca de experiências e aprendizado.

Ao Kleber, que assim como eu acredita e luta por uma cultura de paz.

A todos os professores do mestrado, cada qual contribuindo com sua singularidade.

Aqueles que no meio do caminho me encontraram e deixaram suas marcas.

Agradeço à Universidade do Estado de Minas Gerais, à pós-graduação em enfermagem e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Aos professores que tão prontamente se dispuseram a arguir este trabalho: Prof^o Marco Akerman, Prof^a Elza Melo, Prof^a Natália Horta, Prof^a Rita de Cássia, sinceramente, obrigada por acreditarem numa sociedade diferente que tenha por referência a não violência: vamos

juntos continuar acreditando e construindo uma Cultura de Paz. Estou muito feliz e satisfeita de ter vocês como banca avaliadora deste trabalho.

Por fim agradeço à minha mãe, à minha irmã e à Sury. Deixei vocês por último, porque sempre deixo o melhor para o final e vocês são o melhor da minha vida. Obrigada mãe, pelo amor incondicional, você é o meu exemplo de mulher forte, determinada e guerreira, e isso me faz querer conquistar cada vez mais os meus sonhos. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava. Celle, você é meu amor, meu cúmplice. Obrigada pelo carinho e cuidado comigo. Sury, suas lambidas e seus abraços me fortaleceram para vencer os dias difíceis. Por vocês três eu sempre buscarei a felicidade.

IN MEMORIAM

Gostaria de fazer uma menção especial em memória da querida prof^a Roseni Sena, uma mulher de coragem, pelas oportunidades de discussão e trocas de experiências que me faziam repensar constantemente as possibilidades deste estudo.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico; sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia, sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais (BOBBIO, 1992).

RESUMO

De acordo com a organização das nações unidas (ONU), a cultura de paz baseia-se nos princípios do respeito pelos direitos humanos, tolerância, promoção do desenvolvimento e democracia mais substantiva e emancipadoras, educação para a paz e uma maior participação da sociedade para uma abordagem integral na prevenção da violência e dos conflitos. As diversas manifestações de violência vêm modificando as formas de sociabilidade no cotidiano das pessoas e, por isso, é preciso entender a construção da cultura de paz ancorada à vida cotidiana, no contexto das relações sociais. Neste contexto, o objetivo do estudo foi analisar a cultura de paz na vida cotidiana, considerando os aspectos da micro e macro estrutura social. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, ancorado no referencial metodológico da dialética marxista. O estudo foi desenvolvido em duas fases: mapeamento e análise em profundidade. A primeira fase do estudo analisou os documentos referentes a sete programas de cultura de paz em Minas Gerais e orientou a definição do programa Fica Vivo como cenário da pesquisa. A segunda fase permitiu analisar em profundidade a cultura de paz na vida cotidiana para os participantes do Fica Vivo. Os dados foram obtidos de observações e entrevistas, oficinas e jovens do Programa. Os jovens escreveram ainda um diário que foi incluído como material empírico. Os dados foram orientados pela Análise de Discurso Crítica (ADC), baseado nos legados da teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. Os resultados revelam que o programa Fica Vivo é permeado por discursos que indicam a expansão dos direitos sociais e associam essas garantias à promoção da cultura de paz e dos direitos humanos. A mediação de conflitos foi considerada uma importante estratégia de fortalecimento e promoção da cultura de paz, pois revela um processo que valoriza a condição humana, que por sua vez, é capaz de impulsionar mudanças no cotidiano das pessoas. A liberdade dos sujeitos também foi relacionada como uma forma de alcançar a cultura de paz. O Fica Vivo foi apresentado nos discursos como uma estratégia que possibilitou o ir e vir dos jovens nos seus territórios. Os participantes compreendem a cultura de paz na sua vida como algo distante, porém necessário. Nesse campo, os achados nos revelam elementos como o preconceito racial e geracional, o estigma social, a naturalização da violência e a desigualdade social como aspectos que atravessam o cotidiano dos jovens. Assim, por se tratar de um programa que opera em territórios de violência, a tendência da construção da cultura de paz ainda é marcada pela ideologia e hegemonia que orientam as políticas focalizadas, as práticas discursivas midiáticas e o modo de agir dos

jovens. Conclui-se que o Fica Vivo representa uma importante estratégia com potencial para modificar o cotidiano na busca da cultura de paz.

Palavras Chaves: Cultura de Paz. Promoção da Saúde. Vida Cotidiana.

ABSTRACT

According to the ONU (1999). The culture of peace is based on the principles of respect for human rights, tolerance, promotion of development and more substantive and emancipatory democracy, education for peace and greater participation in society. A comprehensive approach to preventing violence and conflict. The debate on violence has reached a scale that has provoked a multiplicity of concerns and demonstrations in favor of a social change that promotes a culture of peace. The various manifestations of violence have significantly modified the forms of sociability in the daily life of people, so it is necessary to understand the construction of a culture of peace anchored to everyday life in the context of social relations. Faced with this challenge, the present work aims to discuss how the culture of peace develops in daily life, considering the aspects of the micro and macro social structure. It is believed that the relevance of this research is configured to the extent that the principles of the Culture of Peace challenge society for social change. In this study, he proposed as a general objective to analyze the culture of peace in everyday life. This is a descriptive-exploratory study of a qualitative approach, anchored in the methodological framework of the Marxist dialectic. The study was developed in two phases: mapping and in-depth analysis. The first phase of the study guided the definition of the Fica Vivo program as the research scenario. The second phase allowed us to analyze in depth the culture of peace in everyday life for Fica Vivo participants. Data were obtained from interviews with 04 managers and 05 program clerks, as well as from 03 young people participating in the activities. The youths also wrote a diary that was included as empirical material. The data were guided by Critical Discourse Analysis (ADC), based on the legacies of Agnes Heller's Theory of everyday Life. The results show that the Fica Vivo program is permeated by discourses that indicate the expansion of social rights and associate these guarantees with the promotion of a culture of peace and human rights. The mediation of conflicts was considered an important strategy to strengthen and promote the culture of peace, since it reveals a process that values the human condition, which in turn, is capable of driving changes in the daily life of social relations. The freedom of the subjects was also related as a way to reach the culture of peace. Fica Vivo was presented in the speeches as a strategy that made it possible for young people to come and go in their territories. The adolescents attended by Fica Vivo understand a culture of peace in their life as something distant, but necessary. In this field, the findings reveal elements such as racial and generational prejudice, social stigma, naturalization of violence and social inequality as aspects that justify the perspective of a culture of peace among these young

people. Therefore, because it is a program that operates in territories of violence, the practical tendency of the construction of a culture of peace is still marked by the daily life that this phenomenon imposes on the subjects and society. It is concluded that Fica Vivo represents an important strategy with the potential to modify daily life in the search for a culture of peace.

Keywords: Culture of Peace. Health promotion. Everyday Life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Teoria sociológica da desorganização social	19
Figura 2 – Interfaces na vida cotidiana.....	24
Figura 3 – Percurso metodológico.....	27
Figura 4 – Centros de prevenção social à criminalidade	29
Figura 5 – Vista geral da Cabana do Pai Tomás.....	33
Figura 6 – Avenida principal na Cabana do Pai Tomás	33
Figura 7 – Oficina de futebol.....	36
Figura 8 – Oficina de funk.....	36
Figura 9 – Oficina de Tae-Kwon-do.....	37
Figura 10 – Material entregue aos alunos.....	38
Figura 11 – Diários dos participantes	39
Quadro 1 – Oferta de oficinas.....	35
Quadro 2 – Corpus empírico do estudo	40
Quadro 3 – Característica dos programas de prevenção da violência e promoção da cultura da Paz	43
Quadro 4 – Concepções de cultura de paz que orientam o desenvolvimento dos programas	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERNCIA TEÓRICO	16
2.1 Cultura de paz.....	16
2.2 Macro e micro estrutura	22
2.3 Problema de pesquisa.....	26
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 Abordagens metodológicas	28
3.2 Campo de estudo.....	28
3.3 Trabalho de campo.....	33
3.4 Análise de dados	40
3.5 Aspectos éticos	42
4 PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE TEXTUAL	43
5 VILÊNCIA: ELEMENTOS NO CONTEXTO SOCIAL	51
5.1 Violência, mídia e vulnerabilidade.....	51
6 FICA VIVO: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DA PAZ	61
6.1 Macroestrutura social: reflexos da cultura da paz.....	61
6.2 Sentidos da cultura de paz na vida cotidiana.....	74
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	97
ANEXOS	100

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, em meados da década de 1970, as estatísticas oficiais de violência apontaram um aumento nas modalidades delituosas no país associado a altos índices de eventos por causas externas. De acordo com uma pesquisa realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLASCO) houve um aumento de 18,2% na taxa de homicídios de negros entre 2004 e 2014. (WASELFISZ, 2016). O relatório mundial de violência e saúde, em 2016, demonstrou que a taxa de homicídios no Brasil representa 32,4/100.000 habitantes, correspondendo ao 11º lugar entre os países com maior taxa de homicídios. Aproxima-se de casos como da África do Sul (35,7) e da Colômbia (43,9). Em relação à violência por sexo, destaca-se que 4/5 das vítimas de homicídios são homens; 65% são homens com idade entre 15 e 49 anos, e, aproximadamente metade dos homicídios são por arma de fogo. Entre as mulheres, o parceiro íntimo é o principal responsável pelo homicídio (38%) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2016). Análises recentes têm confirmado este aumento nos grandes centros urbanos (BEATO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004).

Dados do Ministério da Saúde apontam um aumento de eventos relacionados à violência desde 1980, sendo 2012 o ano de índices mais expressivos - 112.709 pessoas vítimas por violência (BRASIL, 2012). Em Minas Gerais, no mesmo ano a taxa média de violência aumentou 6,4% quando comparado ao ano anterior. E em Belo Horizonte, no mesmo período, a taxa de homicídios foi de 13,42 por 100 mil habitantes (DINIZ, 2011).

Esses dados concretos se situam na sociedade atual, na qual o desenvolvimento de lógicas divergentes permeia os laços e relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Esse movimento perpetua de modo implícito a formação de dinâmicas conflituais que impulsionam intolerâncias, banalização e desvalorização da vida.

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs uma transformação nos valores, atitudes e comportamentos que sejam capazes de repensar a violência e prevenir a formação de conflitos. Para a ONU, a Cultura de Paz seria uma potente estratégia, visto que se baseia nos princípios do respeito pelos direitos humanos, democracia e tolerância, a promoção do desenvolvimento, da educação para a paz, o livre fluxo de informações e uma maior participação da sociedade para uma abordagem integral na prevenção da violência e dos conflitos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Trata-se de um fenômeno que se configura como um problema de saúde pública, visto que há um aumento nos índices de mortalidade, morbidades e custos públicos relacionados à

ocorrência de violência (KRUG, 2001). O setor saúde propôs, por meio da Política Nacional de Promoção da Saúde, estimular a adoção de modos de viver não violentos, por meio da promoção da cultura de paz e direitos humanos (BRASIL, 2015).

Porém, para pensar na promoção de uma cultura de paz, faz-se necessário considerar as dimensões históricas, política, econômica e cultural, pois suas implicações atingirão o nível pessoal, interpessoal e social. Promover uma cultura de paz é mais do que defender a via de resolução pacífica de conflitos, mas também perspectivar a importância e as potencialidades de uma promoção de caráter político, social e comunitário, que permita consubstanciar condições de desenvolvimento e democracia mais substantiva e emancipadora para grupos populacionais abrangentes em casos de vulnerabilidade e de opressão (ALMEIDA; ALBUQUERQUE; SANTOS, 2013).

Desse modo, construir uma cultura de paz significa promover as transformações necessárias e indispensáveis para que a paz seja o princípio governante das relações sociais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999). Assim, é preciso considerar a sua construção tanto nos níveis *micro* quanto *macro* social. O primeiro nível refere-se à vida cotidiana das pessoas, ou seja, o comportamento, as tradições, culturas e relações sociais dos indivíduos. A perspectiva *macro* social refere-se ao coletivo, aos processos sociais, e a todos os fatores necessários para a existência das pessoas e que são providos pelo Estado.

Assim, a promoção da saúde, especialmente o eixo temático abordado neste estudo, permite inscrever a cultura de paz como efeito de um projeto mais amplo de democratização da sociedade com respeito pelas diferenças e promoção de justiça social, a que se associa a um desenvolvimento social. Uma sociedade, assim compreendida, integra dimensões éticas da vida social, como o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, a cidadania, a cooperação, a não discriminação, a tolerância e a solidariedade (ALMEIDA; ALBUQUERQUE; SANTOS, 2013).

Existem programas governamentais voltados para atuar sobre o fenômeno da violência, mas poucos declaram em seus princípios e objetivos uma proposta que avança para a discussão da cultura de paz e garantia dos direitos humanos. Em Belo Horizonte, há programas como Fica Vivo; Programa Mediação de Conflitos e Mediar; Núcleo de enfrentamento da violência e promoção da cultura da paz; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência; Programa de prevenção e enfrentamento à violência escolar; Programa de Prevenção à Violência e Promoção da Paz; Projeto de Orientação e Formação em Direitos Humanos e Cidadania.

Contudo, a principal proposta dos programas é atuar sobre a violência. Existem estudos que avaliam a perspectiva do controle e do risco da violência (BEATO, 2008), mas, ainda não há estudos que buscam analisar a dimensão da cultura de paz nesses programas.

Assim, a proposta desse estudo parte destas inquietações e das minhas vivências como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino e Prática de Enfermagem (NUPEPE), no qual, participei como bolsista de iniciação científica de projetos de pesquisas que abordam a temática da promoção da saúde associado ao modo de vida e determinantes sociais. Além disso, na minha vida pessoal, convivi com a diversidade de pessoas. Meu laço social permitiu-me conhecer a essência de pessoas com diferenças na classe social, gênero, raça e modo de pensar, conhecendo o outro e sua história, acreditando na mudança das pessoas, da sociedade e na construção coletiva de valores para o enfrentamento das diversidades e adversidades. Acredita-se que a relevância dessa pesquisa configura-se na medida em que se constata que os princípios da Cultura de Paz desafia a sociedade para uma mudança social.

Diante desse desafio, o presente trabalho se propõe a discutir como se desenvolve a cultura de paz na vida cotidiana, considerando os aspectos da *micro* e *macro* estrutura social. O objetivo geral do estudo é analisar a cultura de paz na vida cotidiana.

O texto está organizado num Capítulo de Referencial teórico no qual apresentarei como se evoluiu o conceito de cultura de paz desde a noção de conflito até os pensamentos filosófico de como perpetuar a cultura de paz na sociedade. Na sequência, apresento a relação entre *micro* e *macro* estrutura da vida cotidiana, baseada no referencial da Teoria da Vida Cotidiana de Agnes Heller, na qual a autora tece sua reflexão sobre como se expressam as influências dessas dimensões na dinâmica da vida social.

No segundo Capítulo estão descritos os aspectos metodológicos do estudo.

O Capítulo dos resultados está organizado em três eixos: Programas de promoção da cultura de paz e prevenção da violência: uma análise textual; Violência: elementos no contexto social e Fica Vivo: tensões e contradições na construção da cultura de paz. As análises destes eixos permitiram a construção das Considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cultura da paz

Uma filosofia de guerra reconhecerá que o estado normal das relações entre os homens e os povos é a violência. Essas teorias iniciaram-se com Maquiavel no final do século XVI, quando ele considerava esse princípio no fundamento da autoridade política, estabelecendo a um Estado que todos os homens são maus. No século XVII, Hobbes demonstra que os homens são naturalmente inimigos, sendo o estado natural das relações humanas a guerra e o conflito (HOBBS, 1979).

As teses de uma filosofia de guerra podem ser reagrupadas em vários tipos de argumentação. O primeiro é de ordem antropológica, no qual, considera que a guerra e o conflito fazem parte da natureza humana. O segundo é em relação à ordem política, e o terceiro está condicionado às leis da vida, onde a guerra é criadora de valor, de ordem ou de justiça para o homem (CASTILLO, 2001).

Em oposição a essa filosofia, surge em 1625 uma filosofia da paz, supondo que a guerra não é o estado habitual das relações humanas e que é possível instituir a paz nas relações. Grotius concebe a guerra como meio de se chegar à paz. Seguindo esse princípio, Kant (1795) recusou-se a aceitar a guerra como lei suprema da vida humana e propõe os primeiros projetos de paz perpétua, seguido da Liga das Nações (1919-1945). Essas tentativas trouxeram reflexões importantes acerca da consideração de que a guerra não pode ser evitada, contudo, deve se impor a paz como superioridade sobre ela.

Rousseau (1978) traz a ideia de guerra e poder fundado no contrato social, que parte do consentimento de dois ou mais envolvidos. O homem se aliena totalmente, ou seja, cede todos os seus direitos em prol da soberania da sociedade e da soberania política da vontade coletiva. Essa forma de organização da sociedade civil constitui em desigualdades entre os homens, colocando a sociedade em estado de guerra. O homem que surge da desigualdade é confrontado pelo poder e coagido pela violência.

Mas, existe uma diferença decisiva entre uma filosofia da guerra e uma filosofia da paz, uma ideia que considera a paz capaz de atribuir o objetivo de humanizar a guerra. Dessa forma, ao longo do tempo, a ideia de paz ganhou autonomia e abrangência própria, ligada a uma nova maneira de ser vista, considerando a paz pelo direito, ou seja, associar a guerra e a paz ao desenvolvimento do direito fundamental e individual do homem (BOBBIO, 2003).

Assim, as nações passam a reconhecer mesmo nos conflitos, a paz como garantia do direito sobre a vida. Porém, para que a paz se realize pelos meios do direito, é preciso, ainda, estratégias que limitem os homens a sediarem conflitos, embates trágicos e desumanos.

O anseio pela paz sustenta-se, ao mesmo tempo, um desejo de unidade e um desejo de universalidade. O desejo de unidade espera dos homens que eles se submetam às leis comuns. Já o desejo de universalidade seria que eles partilhassem valores comuns nos seus modos de viver (VIEIRA, 2005).

A paz se origina de um desejo pela universalidade, na medida em que ela é considerada como um valor que é conquistado pela adesão ou aspiração comum dos indivíduos pelos mesmos objetivos (BOBBIO, 2003). Essa dimensão idealista de se alcançar a paz, leva a considerar sua realização improvável, porque os ideais são geralmente compreendidos como promessa inalcançável.

É nesse sentido que se busca alcançar a paz não apenas de modo individual, mas que se faça dela uma ideia sem proprietário, que a paz pode ser definida como um valor “universal”. A ideia de paz não é somente uma construção oposta à questão fatal da guerra, mas também constitui uma perspectiva sobre o mundo, cuja realidade política deve ser considerada (CASTILLO, 2001). Assim, a paz se constitui como uma forma de estar no mundo que instaura ou restaura a confiança no possível.

Tendo como princípio o valor universal da paz e suas implicações, em 1983, durante uma Conferência de Teologia em Madri, na Espanha, se iniciou o pensamento da paz como cultura. Esse fenômeno foi sendo aprimorado em outros momentos de discussão e, em 1999, a ONU declarou o ano de 2000 como “Ano Internacional por uma cultura de paz”. Durante esse período houve a expansão da importância da temática para os países e, então, a ONU propôs ampliar a promoção de uma cultura de paz para os próximos anos.

O documento denominado “Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência”, definiu Cultura de Paz como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos e nações baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, na prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação, podendo ser uma estratégia política para a transformação da realidade social (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Esse manifesto engloba aspectos como: respeitar a vida e a dignidade de cada ser humano sem discriminação; praticar a não violência ativa, rejeitando a violência em todas as suas formas; cultivar o fim da exclusão, injustiça e opressão político-econômica; defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural privilegiando sempre o diálogo; promover um

consumo responsável e um modo de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta.

Sob esta perspectiva, a cultura de paz é entendida não somente como a ausência de conflitos, mas como um processo dinâmico, participativo e positivo em que se promove o diálogo e a resolução de conflitos em um espírito de cooperação. Além disso, acredita-se que os conflitos e as divergências de opiniões são fatores fundamentais para a conquista da democracia. Dessa forma, a cultura de paz propõe estimular e incentivar que a conquista da democracia seja construída mediante comunicação, diálogo, educação e respeito, resultando em uma resolução eficaz dos conflitos e construção da cidadania (JARES, 2002).

Portanto, a paz envolve uma visão de construção individual e coletiva, que pode modificar o modo de vida das pessoas por meio das relações sociais. Segundo Galtung (2003), a paz só pode se basear na igualdade e na equidade. Uma estrutura baseada em desigualdades e iniquidades não atinge a dimensão da garantia dos direitos, tornando assim antitético à paz. Da mesma forma, segundo o Ministério da Saúde, a paz é um fenômeno complexo que envolve a construção de uma estrutura social e de relações sociais em que exista justiça, igualdade, respeito, liberdade, e que seja caracterizada pela ausência de todo o tipo de violência. (BRASIL, 2009a)

Desse modo, a promoção da cultura de paz parte da desconstrução da legitimidade do uso da violência como instrumento de resolução de conflitos, resolvendo-os em suas fontes ou origens. A construção de uma cultura de paz não é apenas viável, mas possível e necessária (JARES, 2002). Essa construção favorece as transformações individuais e coletivas, rumo ao ideal de melhoria da qualidade de vida.

Contudo, ainda persistem desafios quanto à consolidação do fenômeno da cultura de paz. O relatório internacional da ONU aponta que o Brasil tem dificuldades em promover uma cultura de paz, sobretudo por dois motivos: o primeiro em relação ao entendimento de como promover uma cultura de paz, em um contexto de imensas desigualdades sociais e o segundo deve-se ao fato da escassez de recursos financeiros para implantar programas de cultura de paz em detrimento a outros gastos públicos do país (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999).

O fenômeno da violência se constitui como uma dimensão que está dialeticamente imbricada com a ideia de se promover a Paz. A Teoria Sociológica da Desorganização Social do crime (SHAW; MCKAY, 1942) busca compreender esse fenômeno por meio da relação de diversos fatores que imbricados no contexto social interferem coercitivamente na ocorrência ou não de situações criminosas, como esquematizado na FIG. 1.

Figura 1 - Teoria sociologia da desorganização social



Fonte: elaborado pela autora

Ambos estudaram as condições estruturais que levavam a desorganização social nas comunidades. Como elementos importantes destas condições estruturais apontaram à heterogeneidade étnica e cultural, a mobilidade residencial, a desagregação familiar e de laços sociais, a desigualdade social, a ineficiente atuação do poder público e a baixa capacidade de regulação e autorregulação da área. Estudos apontam que a ideia da desorganização social está mais presente em áreas nas quais as redes de controle público não oferecem serviços adequados (SILVEIRA, 2007; ALVES, 2004).

Outras teorias foram discutidas para explicar a violência, sobretudo no século XX. O primeiro teórico a discutir a violência a partir da ideia de revolta dos despossuídos foi Sorel (1970). Em seguida, Engels (1974) propôs correlacionar os eventos de delinquência com a luta de classes, no início do processo de industrialização da Inglaterra. Hegel (1974) em sua análise dialética entre senhor e servo, define a violência, primeiro como processo de negação do "outro" pelo "eu", negação que não é suficiente do ponto de vista da realização social. O "eu" precisa que o "outro" exista e que o reconheça, e então a luta pela vida se transforma em luta pelo reconhecimento. Arendt (2005) coloca o poder como um fim e a violência como um instrumento de manutenção do poder. A violência é compreendida então, como reação ao

enfraquecimento do poder. Freud (1974) trata a violência como a não garantia de direitos e analisa seus efeitos na destrutividade do homem. Foucault (2005a) faz uma relação entre violência e poder, ao dizer que o sujeito é suprimido na vida social por meio de relações de poder e essas deixam de ser apenas relações e passam a ser atos de violência.

Tendo como base que o fenômeno da violência não é unicausal, e sim, múltiplo, estudos analisam os eventos violentos e sinalizam que eles se referem a conflitos de autoridade, que há lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens (MINAYO, 2000).

Nessa perspectiva, os indivíduos que estão vivenciando situações de violência, recebem passivamente a violência e são também sujeitos na relação, portanto, os indivíduos criam seus próprios mecanismos para enfrentar as formas de violência que as circulam. O impacto desse movimento na vida cotidiana demonstra-se tanto na corrosão dos laços sociais quanto na destruição dos espaços de convivência e no isolamento cada vez maior dos indivíduos.

Geralmente os atos violentos são provocados por uma forte carga emocional de quem comete, de quem a sofre e de que a presença (MINAYO, 2000). Por isso, para entender sua dinâmica na realidade brasileira é importante compreender a visão e as manifestações da sociedade sobre o tema. Implica em considerar questões como as condições de vida e precariedade de perspectivas, sobretudo nos jovens, que são os mais influenciados pela mídia de consumo e pela falta de reconhecimento e de oportunidades sociais.

O fenômeno da violência, tanto em sua origem quanto no seu desenvolvimento, envolve aspectos individuais e sociais e deve ser entendido como um processo social e não específico de nenhum setor. Esse contexto, *macro* e *micro* estrutural em que se desenvolve a violência, caracteriza a necessidade de que seus impactos devem fazer parte da discussão intersetorial das políticas públicas do país.

Diante desse contexto, diversas organizações governamentais tem tentado formular políticas para enfrentar esse problema. A Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio da resolução 49.25¹ de 1996, estabelece a prevenção da violência como uma prioridade no campo da saúde pública (DODGE, 2001).

Contudo, a violência não é objeto apenas da área da saúde, mas é preciso considerar os efeitos em seu campo. A saúde tem ultrapassado seu papel apenas curativista, passando a definir políticas preventivas e de promoção à saúde, buscando um conceito ampliado de saúde

¹World Health Organization. WHA 49.25 Prevention of violence: a public health priority. Forty-ninth Assembly May 20-25. Geneva: World Health Association; 1996.

e qualidade de vida. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) é uma estratégia potente já que propõe atuar sobre os determinantes sociais, reduzindo a vulnerabilidade social, desigualdade social e garantindo a cidadania (BRASIL, 2015). Akerman (1992) considera que a saúde das populações e das pessoas, individualmente, é determinada pela vida cotidiana e que esse cotidiano é determinado pelas relações sociais e econômicas.

Historicamente, o legado da promoção da saúde ganha destaque com a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde e com a divulgação da Carta de Ottawa, no Canadá em 1986. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as diretrizes e princípios da Promoção da Saúde estão em consonância com as definições da constituição brasileira e com a Lei Orgânica da Saúde, sugerindo tanto a organização de serviços quanto à busca participativa de construção de políticas sociais e econômicas voltadas para a defesa da vida.

A PNPS promulgada em 2006 pelo Ministério da Saúde propõe em seus eixos e diretrizes atuar sobre os determinantes sociais com foco na redução dos riscos à saúde e da vulnerabilidade social. No Brasil os debates sobre o assunto evidenciam várias formas de entendimento e propostas de ação (BRASIL, 2006). A maioria das intervenções está direcionada à implantação de programas e ações nos vários níveis organizacionais, que buscam transformar o comportamento e os modos de vida dos indivíduos e da comunidade.

O eixo Cultura de Paz e Direitos Humanos na PNPS propõe criar oportunidades de convivência, de solidariedade, de respeito à vida e de fortalecimento de vínculos. O objetivo consiste no desenvolvimento de tecnologias sociais que favoreçam a mediação de conflitos, o respeito às diversidades e diferenças de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero, entre gerações étnico-raciais, culturais, territoriais, de classe social e relacionada às pessoas com deficiências e necessidades especiais. Assim, visa-se garantir os direitos humanos e das liberdades fundamentais, articulando as Redes de Atenção à Saúde (RAS) com as demais redes de proteção social, produzindo informação qualificada e capaz de gerar intervenções individuais e coletivas, contribuindo para a redução das violências e para a cultura de paz (BRASIL, 2015).

A proposta de considerar os direitos humanos, parte da necessidade de que estes sejam tratados como uma prática efetiva de medidas que respondam as necessidades das populações mais vulneráveis e ao ordenamento econômico, político e social. Parte também do entendimento diferenciado, não mais somente como fatores contingenciais como etnia, gênero, as opções políticas, religiosas, culturais, sexuais ou o reconhecimento político da cidadania. Pois, não é a cidadania que é a base dos direitos humanos, são os direitos humanos que se constituem como a base da cidadania (ALMEIDA, 2013).

No desenvolvimento deste estudo, entende-se a promoção da cultura de paz, não apenas por uma visão idealista de se acoplar a paz como uma interpretação significativa de sonho, e não também apenas considerando os indicadores de quaisquer ordens, referenciados nas políticas focalizadas das diferenças entre pobres e ricos, por exemplo. Acredita-se que, a ordem desenvolvimentista, que se queira atribuir à sociedade, possa contribuir para a promoção de uma cultura de paz, levando-se também em conta os fatores socioeconômicos que contextualizam determinados territórios.

2.2 Macro e micro estrutura

O fenômeno da violência é um processo que ocorre nas relações sociais e vêm modificando significativamente as formas de sociabilidade e o cotidiano das pessoas, quer nos seus espaços sociais físicos, quer nos seus espaços sociais naturais de violência. Para abordar a violência, por meio de medidas de promoção da cultura de paz, torna-se necessário levar em consideração seus múltiplos níveis de determinação, sejam eles *macro* e *micro* estruturais, culturais e conjunturais.

Desse modo, é preciso considerar que, para promover a cultura de paz, esse processo deve arrestar primeiramente as relações desenvolvidas nos espaços de moradia e nos territórios demarcados por uma construção social e que, potencializadas pela insegurança decorrente de ações violentas, dificultam ou limitam as formas de sociabilidade e, conseqüentemente, as ações coletivas para enfrentamento da questão da violência (BAIERL, 2008).

A Teoria da Vida Cotidiana de Agnes Heller parte da ideia que o cotidiano é o cenário onde ocorrem todos os acontecimentos da vida social, é onde há o desenvolvimento da vida de todo ser humano.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Na vida cotidiana colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se nem de longe em toda a sua intensidade. (HELLER, 1970, p. 17).

Para a autora, a vida cotidiana acontece nas relações entre o homem e a sociedade, é nessas relações que o homem se constrói para alcançar suas atividades necessárias à sobrevivência. A forma como o homem constrói sua vida o torna simultaneamente um ser particular e um ser genérico, que é formado de modo heterogêneo e hierárquico (HELLER,

1994). O indivíduo se constitui de forma heterogênea na vida cotidiana, ele produz suas necessidades por meio das diversas formas de atividades que estão inseridas no seu meio. Nesse meio, ele garante sua reprodução particular, por meio da apropriação das relações sociais que estão hierarquicamente estabelecidas. Esse modelo reproduz a vida cotidiana, na qual, as atividades desenvolvidas e a forma como são construídas as relações ocorre de forma natural, sem que o homem tenha consciência do processo em que ele é peça fundamental.

A ideia do ser particular e do ser genérico para Heller (1994) se deu pelo conceito de cotidiano e não cotidiano, que estabelece que o conceito de vida cotidiana ocorra na distinção entre as atividades voltadas para a reprodução do homem singular e aquelas voltadas para a reprodução do social. O não cotidiano pressupõe relacionar-se com objetivações para si, que se direcionam ao humano genérico, à espécie humana. O elemento que o faz pertencer à espécie é a consciência humana, pois senão, o que o conduziria seria a "atividade vital animal". Desse modo, o homem não pode viver sempre na esfera do não cotidiano, ou seja, não passará o tempo todo num processo de superação da sua relação de indivíduo com as formas de atividade que lhe dão sucesso e mobilidade na vida cotidiana. Para Heller (1987, p.17-19),

Para reproduzir a sociedade é necessário que os homens singulares se reproduzam a si mesmos enquanto homens singulares. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens singulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade de reprodução do social.

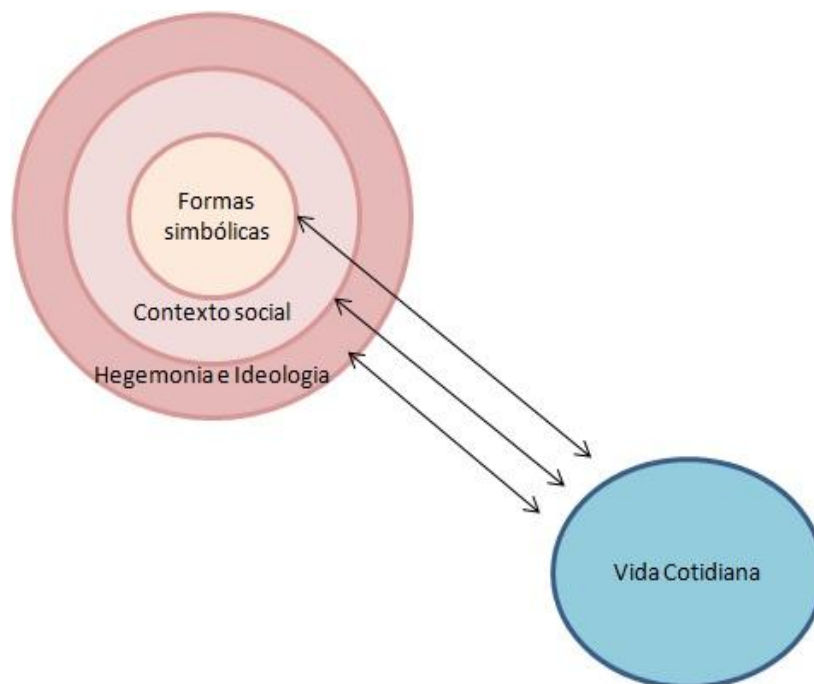
Situações como as relações em família ou com amigos, na rua, no trabalho ou na escola são cenas da vida cotidiana. São estratégias que os indivíduos articulam para a construção de novas formas de pertencimento no social e fortalecimento enquanto sujeitos de sua própria história. Heller (2004, p. 45) em “O Cotidiano e a História” exemplifica uma cena cotidiana:

Suponhamos que um grupo de mulheres se reúna semanalmente em um determinado espaço institucional x, a discussão habitual fica em torno de questões do cotidiano, suas dificuldades em comum com os filhos, com o marido, no trabalho, nas instituições em que utiliza os serviços, e outras questões que apareçam e este grupo questiona suas dificuldades em relação ao que foi levantado, e em relação aos impedimentos que o contexto apresenta para sua realização pessoal.

A vida cotidiana, portanto, é constituída por meio de práticas sociais que agem no mundo. A prática social é entendida como ações habituais historicamente construídas na sociedade, ligadas a um tempo e a um espaço, em que as pessoas utilizam recursos materiais e simbólicos para se reproduzirem na sociedade (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 2001).

A prática social é determinada por outras práticas sociais que são articuladas simultaneamente no processo da vida cotidiana, essa articulação produz efeitos sociais e ao mesmo tempo são sustentadas por esses efeitos. A FIG. 2 demonstra a relação que se constrói na vida cotidiana pela interface dos aspectos ideológicos e hegemônicos, do contexto social e das formas simbólicas. Ideologia e hegemonia se apresentam na vida cotidiana por representações dos aspectos do macrossocial que contribuem para estabelecer relações de poder, dominação e exploração podendo ser instanciados em modos de agir, construção de identidades e modos de como é concebido o conhecimento. O contexto social está relacionado as condições históricas da vida social e as formas simbólicas são ideologias do sujeito que estabelecem e sustentam relações sistemáticas e assimétricas de poder (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 2001).

Figura 2 - Interfaces na vida cotidiana



Fonte: elaborada pela autora

A relação que se forma nesse arranjo social determina aspectos de poder e luta hegemônica, o que se expressa em uma prática social e simultaneamente é sustentado por determinados coletivos. Essa relação de poder que é expressa, parte da materialização

ideológica de alguns dispositivos colocados pelo Estado, e que cotidianamente vão sendo incorporados na vida cotidiana (GRAMSCI, 1971).

A forma como se constituem as microestruturas sociais salientam o desenvolvimento da dimensão macroestrutural. Tais microestruturas de interação são condições naturais de interação que apresentam regras que guiam o processo de representação do ator social. Esse modelo é baseado na condição de homem-particular e nas estruturas sociais que se constituem na complexidade da trama de poderes e formas sociais institucionalizadas que definem a macroestrutura da sociedade (GOFFMAN, 1996).

A estrutura macrosocial é, teoricamente, o conjunto de normas legais estabelecidas pelas diversas instâncias políticas, desde a Constituição até as relações oriundas dos empenhos governamentais. A sociedade, porém, não se rege apenas por leis. Destaca-se ainda que as relações atuais entre a sociedade e o poder público atribuem às organizações certo poder de regulação da vida social.

O arrolamento que se constrói entre as dimensões *micro* e *macro* na estrutura social remontam uma relação de poder, que é entendida na concepção de Weber (1984), segundo a qual poder é uma ação social comunitária racional de um indivíduo ou grupo de indivíduos sobre outro indivíduo ou grupo de indivíduos visando impor a sua vontade, mesmo que à força. Dessa maneira, o poder é uma ação social racional pré-determinada com vistas a se obter basicamente por dominação e obediência.

A concepção de ideologia de Marx para a macroestrutura segue a representação nas relações de poder por meio da classe dominante (os opressores) e da classe dominada (os oprimidos). Para Marx e Engels (1988), a sociedade se encontra constantemente em um processo de conflito concreto entre opressores e oprimidos. O alvo central desse conflito é a luta pela apropriação privada dos meios de produção, que determina o monopólio e a desigualdade daqueles envolvidos que não possuem meios de produzir o seu sustento e o enriquecimento dos que exploram a força de trabalho dos oprimidos.

Marx considera que os indivíduos constroem coletivamente os bens sociais, mas diante da relação antagônica entre as classes, apenas a classe dominante apropria efetivamente desses bens. Esse modelo antagônico expressa um processo contrário a cidadania, uma vez que se entende cidadania como a capacidade dos indivíduos se apropriarem dos bens socialmente criados, e, se tratando de um cenário efetivamente democrático, considera-se também a ideia da garantia de direitos individuais. Locke (1973) acrescenta ainda ao papel da macroestrutura, na organização da sociedade, a garantia dos direitos naturais, prioritariamente o direito à propriedade, mas também à vida e à liberdade.

Para o sociólogo Marshall (1967), a cidadania se apresenta pela garantia de três dimensões, os direitos individuais ou “civis”, os direitos políticos e os direitos sociais. Os direitos individuais tratam essencialmente do direito à vida, à liberdade de pensamento e à propriedade como defendido por Locke. Os direitos políticos são aqueles que asseguram a participação na tomada de decisões, seja pelo direito ao voto ou pelo direito de ser votado. Por fim, os direitos sociais são os que permitem aos cidadãos o acesso aos bens e serviços gerados pelo Estado e produzidos pelo coletivo. Na concepção materialista esses direitos devem se tornar efetivamente universais, de modo a assegurar, a todos, a apropriação dos frutos do próprio trabalho e as garantias devem ser socializadas e universalizadas.

Do ponto de vista sociológico, a relação que se desenvolve entre essas relações *micro* e *macro* sociais, propicia a caracterização de um cenário de desigualdade social que supõe o acesso diferenciado a bens, construídos e definidos socialmente, através de uma dada organização de posições no interior do sistema social. Nesta perspectiva, o sistema social é composto de grupos sociais identificáveis, pela sua posição na estrutura social, definidos pelo acesso diferenciado aos recursos de poder que determinaria a distribuição desigual de bens (SORJ, 2001).

2.3 Problema de pesquisa

Nas últimas décadas, há vários estudos que contribuam para a discussão da violência (SILVEIRA et al., 2010; SILVA; GIMENIZ-PASCHOAL, 2010). Contudo, é preciso ampliar as discussões quanto à construção da cultura de paz. Existem estratégias governamentais no campo da prevenção da violência e promoção da cultura de paz, contudo ainda não se conhecem as práticas desse campo, na vida cotidiana (BRASIL, 2009b; MINAS GERAIS, 2009).

Neste campo, reconhece-se que diversas ações têm sido desenvolvidas pelo Estado para atuar sobre a violência, bem como há também um conjunto de manifestações cotidianas e estratégias locais sendo desenvolvidas. Para construir uma cultura de paz, no Brasil, persiste a dificuldade de articular a formulação de políticas públicas e a incorporação desta cultura na vida cotidiana (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1999).

Desse modo, questiona-se: Como se expressa a cultura de paz na vida cotidiana?

Parte-se do entendimento que os sujeitos, no seu âmbito local, tendem a construir mecanismos de sobrevivência para enfrentar os processos e as condutas violentas que

acompanham a estrutura social a qual pertencem. Assim, pressupõe-se que as definições macro estruturais nem sempre convergem com as práticas construídas na vida cotidiana.

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagem metodológica

Para compreender a cultura de paz no seu aspecto social e ideológico, optou-se por realizar um estudo de abordagem qualitativa, ancorado no referencial metodológico da dialética marxista.

A opção por este referencial parte da tentativa de compreender o fenômeno de forma crítica, considerando o contexto social e os determinantes sociais, uma vez que a relação do fenômeno com a vida social consiste em um processo de movimento permanente na sociedade e engloba tanto os aspectos históricos quanto as transformações e superações das contradições entre a prática social e a estrutura social. Desse modo, ir ao encontro das contradições, relações sociais e conflitos estabelecidos no cotidiano dos jovens permitiu compreender a construção da cultura de paz do ponto de vista dos ofertantes e dos participantes das práticas.

Gadotti (1992) afirma que o materialismo histórico-dialético vai além de um método para se chegar à verdade, constituindo-se em uma concepção de homem, da sociedade e da relação homem-mundo, destacando na sua construção teórico-filosófica que:

Marx não parte, como fizeram os filósofos idealistas, de um esquema conceitual, tecnicamente construído, procurando identificar a ‘essência’. Também não toma como ponto de partida os fenômenos isolados em si, como fizeram os empiristas. Marx critica essas duas posições e percorre um caminho novo (GADOTTI, 1992, p. 20).

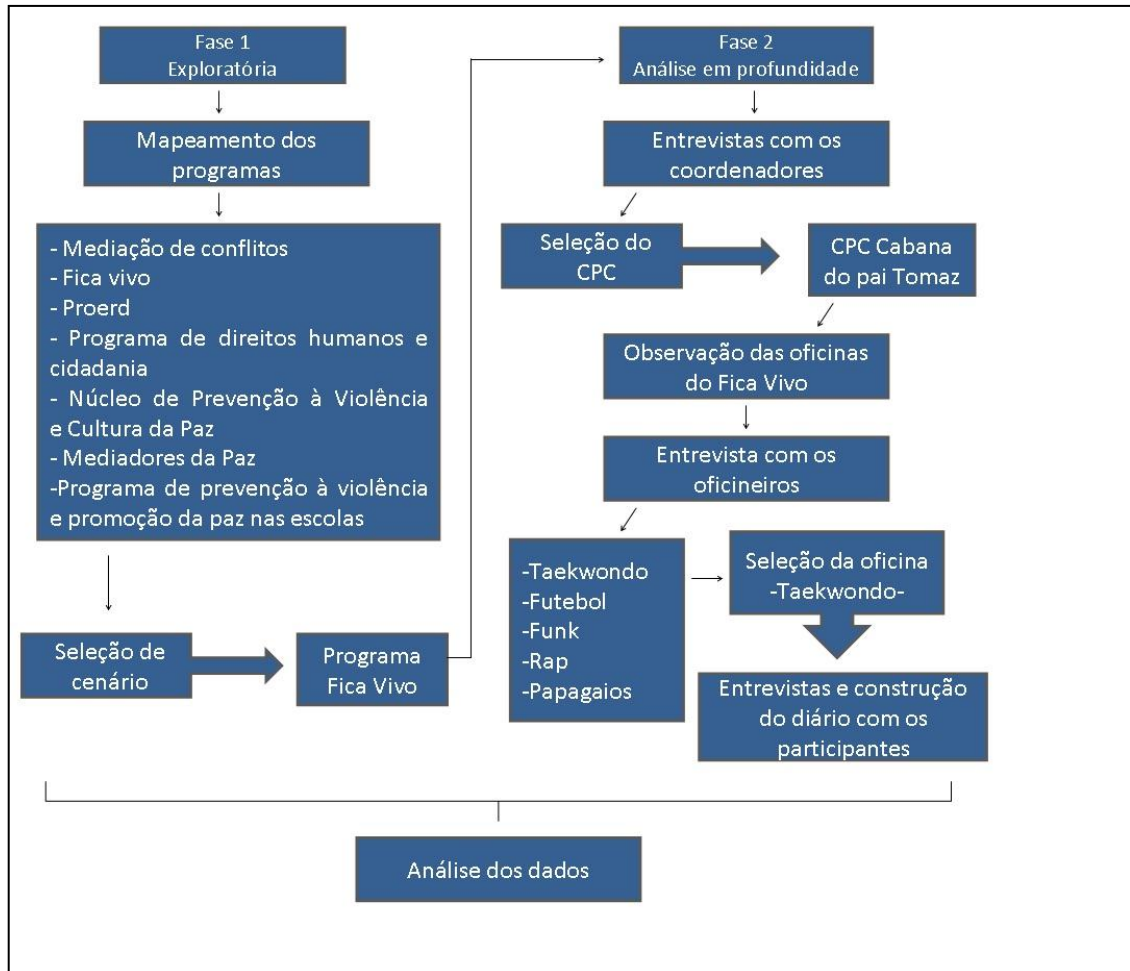
Na compreensão de Minayo (2007), os princípios nos quais se funda o marxismo dialético referem-se à totalidade, a historicidade e o caráter de abrangência da existência humana, os quais constituem o método de abordagem da realidade. Segundo a autora, a dialética representa um caminho teórico que aponta para a dinâmica do real na sociedade, contextualizando o processo histórico com seu movimento e transformação.

Além disso, a dialética permite a compreensão da sociedade nos aspectos macroestruturais e microestruturais que constituem o campo social. E considera ainda a dinâmica da sociedade por meio de uma teia de relações constituídas das dimensões políticas, econômicas e culturais que se apresentam em constante transformação.

A complexidade relativa à compreensão da construção da cultura de paz em um contexto de violência reafirmou a necessidade de construir estratégias de coletas de dados que captassem a realidade social, sem ignorar os aspectos metodológicos da pesquisa social.

Desse modo, para analisar como se constrói a cultura de paz na vida cotidiana, o percurso metodológico do estudo incluiu duas fases: exploratória e de análise em profundidade (FIG. 3).

Figura 3 - Percurso metodológico



Fonte: elaborado pela autora

A fase exploratória deu-se a partir do mapeamento dos programas que tem como temática central promover a cultura de paz ou prevenir a violência em Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil. A identificação dos programas foi realizada por meio de levantamento de fontes secundárias (análise documental; *web site*). Ao final do mapeamento, obteve-se a menção de sete programas de prevenção da violência e promoção da cultura de paz desenvolvidos em Belo Horizonte.

De posse de todo material documental, foi realizado a análise de discurso crítica dos dados objetivando analisar a relação entre o fenômeno social da promoção da cultura de paz e as concepções que orientam o desenvolvimento dos programas. Como critério para a fase dois

da pesquisa, foi selecionado o programa que continha em sua descrição, a concepção mais aproximada dos princípios da promoção da cultura de paz e direitos humanos descritos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (1999), a saber:

- Promoção dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais;
- Promoção do desenvolvimento que respeite todas as formas de vida;
- Promoção da educação para a paz;
- Promoção da prática a não violência ativa;
- Promoção do fim da exclusão, injustiça e opressão político-econômica;
- Promoção da liberdade de expressão e diversidade cultural

A análise dessa fase foi orientada pelas dimensões, público alvo; objetivos; abordagem central dos programas; temáticas discutidas; abordagens ou metodologias empregadas; ocorrência de parcerias e intersetorialidade. Ao final desse processo, definiu-se como cenário na pesquisa o programa Fica Vivo.

3.2 Campo de estudo

O estudo foi realizado no programa Fica Vivo, inserido na Política de Prevenção Social à Criminalidade da Secretária de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (SEDS).

A política que orienta o programa Fica Vivo tem como objetivo geral contribuir para prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos e para o aumento da sensação de segurança no Estado de Minas Gerais. Esta Política parte da compreensão de que é plenamente factível o enfrentamento a violências e criminalidades a partir da implementação de um conjunto integrado de estratégias e ações pelo Poder Público, com a participação da sociedade civil, visando a intervenção direta sobre dinâmicas sociais geradoras de conflitos, violências e processos de criminalização (SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS, 2015).

Uma das estratégias metodológicas da Política são os Centros de Prevenção Social à Criminalidade (CPCs) com base territorial. Os CPCs são unidades públicas, localizados em territórios que registram maior concentração de homicídios nos municípios. Nesses equipamentos se ofertam os programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos.

O programa Fica Vivo propõe contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores das áreas de abrangência dos CPCs. Sua proposta

busca alcançar os seguintes objetivos: prevenir e reduzir conflitos e rivalidades violentas envolvendo adolescentes e jovens; ampliar a sensação de segurança nas áreas de abrangência do Programa; ampliar e fortalecer a rede de proteção sócio-comunitária dos adolescentes e jovens atendidos. A condução metodológica do programa parte da articulação de dois Eixos de Atuação: Intervenção Estratégica e Proteção Social.

O eixo Intervenção Estratégica tem como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Propõe ainda a ampliação da sensação de segurança e da legitimidade do policiamento preventivo e das ações repressivas, por meio do diálogo entre polícias, moradores e representantes das instituições locais. Para compor esse eixo o programa conta com a articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Defesa Social, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário e Órgãos Municipais de Segurança Pública.

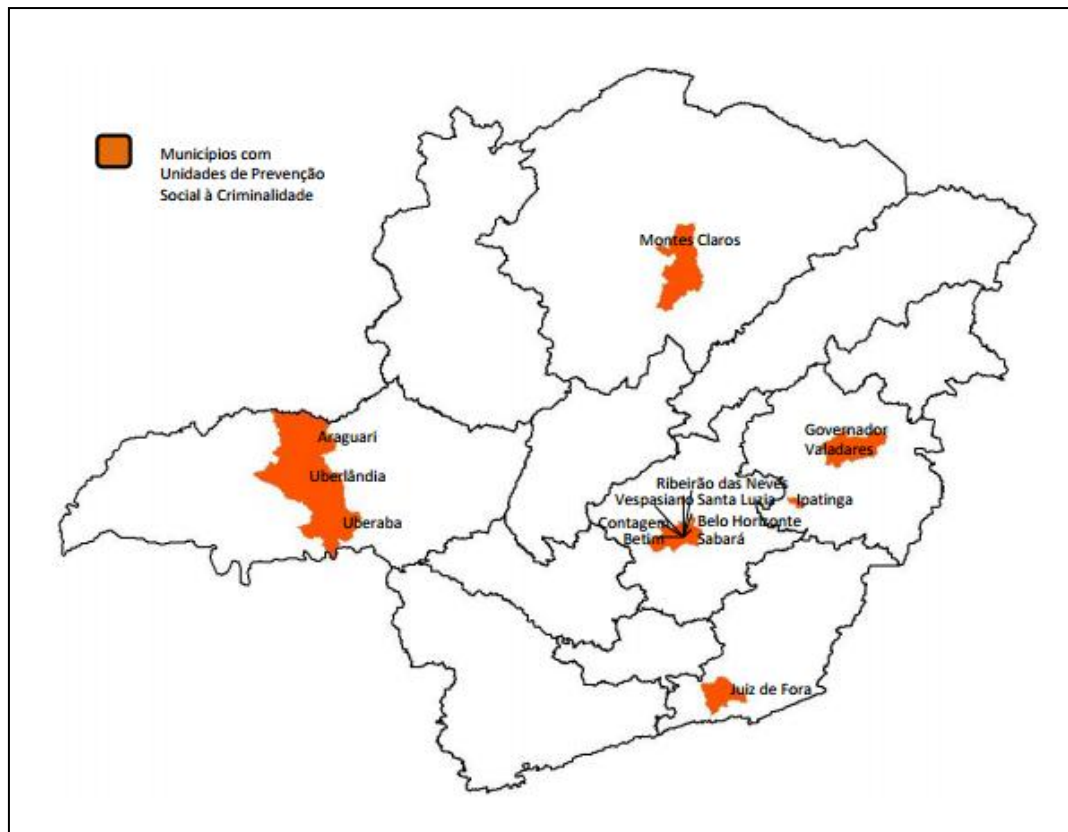
No eixo Proteção Social, desenvolvem-se as seguintes atividades: análise da dinâmica social das violências e da criminalidade; oficinas de esporte, cultura e arte; projetos locais; projetos de circulação; atendimentos individuais; fóruns comunitários; projetos (Inter) institucionais. A partir dessas atividades, o Programa propõe a construção de uma rede comunitária e de serviços que considere a dimensão cultural da população, suas particularidades locais, os seus anseios, e não somente suas necessidades.

A gestão e o desenvolvimento do Fica Vivo são feitos por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que é selecionada segundo os critérios estabelecidos em processo de licitação. No decorrer do projeto de mestrado, houve mudança da Oscip, esse processo desencadeou na suspensão do programa por três meses para abertura de um novo processo de licitação, mudança organizacional e recrutamento de pessoal.

O público alvo atendido é composto por jovens e moradores de territórios com maior concentração de crimes de homicídios e os jovens em cumprimento de penas e medidas alternativas. Trata-se de um público alvo que, além das vulnerabilidades sociais presentes em sua trajetória de vida, como frágil acesso a políticas de proteção social, saúde, educação, habitação, cultura, esportes e trabalho, vivencia processos de criminalização.

Em Minas Gerais existem 32 unidades do Fica Vivo distribuídas em 14 municípios, sendo em Belo Horizonte 13 unidades (FIG. 4).

Figura 4 - Centros de Prevenção Social à Criminalidade



Fonte: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS, 2015.

Esse estudo objetivou acompanhar as oficinas do Fica Vivo do CPC Cabana do Pai Tomaz, localizado na regional oeste do município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Cabana do Pai Tomaz, como é identificado o bairro, situa-se na região oeste de Belo Horizonte, às margens da Av. Amazonas, no município de Belo Horizonte – Minas Gerais, atualmente possui, aproximadamente, 62.000 habitantes. Uma parte de sua formação coincide com o surgimento da Cidade Industrial de Contagem, em 1941. Está situada perto de uma área que pertence ao Estado, a Vila da Magnesita, que foi cedida, “amigavelmente” aos operários da cidade industrial, provavelmente por causa da falta de infraestrutura habitacional nos planos de criação do Parque Industrial de Contagem. Outro contexto que culminou na formação da Cabana do Pai Tomaz foi a falência do banco Financial da Produção. As pessoas que haviam sido vítimas do Banco começaram a se organizar para invadir as terras. Dessa invasão participaram também vítimas das enchentes que atingiram Belo Horizonte em 1962 e que deixaram muitos desabrigados (PEREIRA, 1990 p. 36).

Figura 5 - Vista geral da Cabana do Pai Tomás



Fonte: Rede Fotonovela

Figura 6 - Avenida principal na Cabana do Pai Tomás



Fonte: Rede Fotonovela

3.3 Trabalho de campo

Na segunda fase, de análise em profundidade, ocorreu a imersão no programa Fica Vivo. Para isso, no primeiro momento foram realizadas entrevistas com representantes da SEDS, responsáveis pela direção, coordenação e formulação do programa. As entrevistas foram orientadas por um roteiro semi-estruturado (APÊNDICE A) com objetivo de identificar informações sobre a estruturação do programa e o desenho das práticas de cultura de paz

ofertadas.

Após esse momento, foi escolhido um CPC para acompanhar o trabalho do Fica Vivo. No entanto, nesse período o programa Fica Vivo estava suspenso pela mudança de Oscip, culminando em uma alteração metodológica na pesquisa, ou seja, ao invés de seguirmos com os critérios de elegibilidade, os coordenadores sugeriram seguir com a pesquisa em um CPC que mantivesse a mesma equipe de trabalho após a mudança de Oscip, para que conservasse a construção de vínculo entre os moradores e os oficinairos. Assim, foi indicado pela coordenação do programa o CPC - Cabana do Pai Tomaz.

A partir da definição territorial partimos para o segundo momento do estudo. Primeiramente, a coordenação do Fica Vivo encaminhou um e-mail para o CPC informando a minha ida ao local. No CPC fui recebida pelo corpo técnico do programa que disponibilizou o contato dos oficinairos que mantiveram o contrato com a nova Oscip para que eu pudesse convidá-los a participar da pesquisa.

Assim foi realizado o convite para os cinco oficinairos que mantiveram o contrato, por meio do aplicativo Whatsapp, e todos aceitaram participar da pesquisa. Seguindo a disponibilidade de cada oficinairo, foi agendado o dia e horário para a entrevista. Todas as entrevistas aconteceram em uma sala no CPC. A entrevista com os oficinairos (APÊNDICE B) tinha como objetivo conhecer como acontecia na prática as oficinas do Fica Vivo e a sua relação com a cultura de paz.

Cada oficinairo tinha uma proposta de oficina (QUADRO 1). As propostas das oficinas eram orientadas por um projeto construído pelos próprios profissionais. A região que aconteceria a oficina era definida junto com a equipe técnica do CPC, que levava em consideração as regiões com maiores índices de criminalidade e conflitos. Os horários das oficinas e o local eram escolhidos pelo próprio oficinairo que conduzia a prática, para isso contavam com parcerias de escolas e ONGs para disponibilizarem os espaços.

Quadro 1 – Oferta de oficinas

Oficina	Oficineiro responsável	Período	Local
Funk	Oficineiro 1	6 ^a - 20h	Na rua
Rap	Oficineiro 2	3 ^a e 5 ^a – 19h	Escola Estadual
Futebol	Oficineiro 3	3 ^a e 5 ^a – 17:30h	Escola Estadual
	Oficineiro 5	2 ^a e 4 ^a – 17:30h	
Pipas e papagaios	Oficineiro 4	Sábado – 14h	Na rua
Taekwondo	Oficineiro 5	2 ^a , 4 ^a e 6 ^a – 19:30h	Associação de moradores

Fonte: dados da pesquisa

No momento 3, foram agendados junto aos oficineiros alguns dias para conhecer as oficinas que eles desenvolviam. Durante duas semanas foram feitas visitas as oficinas de Futebol, Funk e Tae-kwon-do. As demais estavam passando por mudança de público e espaço e por isso não foram observadas.

No momento das visitas às oficinas, utilizei como técnica a observação. A observação facilitou a captação de uma variedade de situações que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que os sujeitos são observados no próprio contexto, transmitindo o que há na vida real (MINAYO, 2007). Essa técnica permitiu a aproximação com os participantes do estudo, possibilitando uma integração com os jovens e a construção de uma relação de confiança que seria fundamental para a continuidade da pesquisa.

Nesse momento, direcionei meu olhar para a relação que os jovens estabeleciam entre si, com os oficineiros e com a oficina do Fica Vivo. As notas de observação do cotidiano foram registradas no diário de campo. No diário, foram relatados os fatos observados, com minhas impressões e interpretações sobre os momentos vivenciados.

A oficina de futebol recebe em média 35 participantes e a procura é exclusivamente do sexo masculino. As duas oficinas de futebol acontecem em quadras de duas escolas estaduais que cederam o espaço. Segundo os oficineiros, a oficina de futebol é a mais procurada entre os jovens, mas é também a prática com maior rotatividade.

Figura 7 - Oficina de futebol



Fonte: Registro fotográfico obtido na pesquisa

A oficina de Funk acontece na rua, nas sextas-feiras à noite e o público alvo é bem itinerante. A oficina acontece da seguinte forma: oicineiro monta o equipamento de som que orienta as bases ou beats de rap e as pessoas podem se aproximar para improvisar letras de rap. Além disso, as pessoas podem se divertir e dançar ao som do funk que toca nos intervalos dos improvisos.

Figura 8 - Oficina de funk



Fonte: Registro fotográfico obtido na pesquisa

A oficina de Tae-kwon-do acontece no espaço da associação de bairro, três vezes na semana. São em média 15 participantes, tanto mulheres quanto homens. Alguns materiais da oficina são disponibilizados pelo Fica Vivo – tatame, protetores de tórax, braço e luvas. Quanto à roupa de treinamento chamada, Dobok, cada participante providencia a sua. O fato de ter o Dobok não é uma exigência para praticar a oficina.

Figura 9 - Oficina de Tae-kwon-do



Fonte: Registro fotográfico obtido na pesquisa

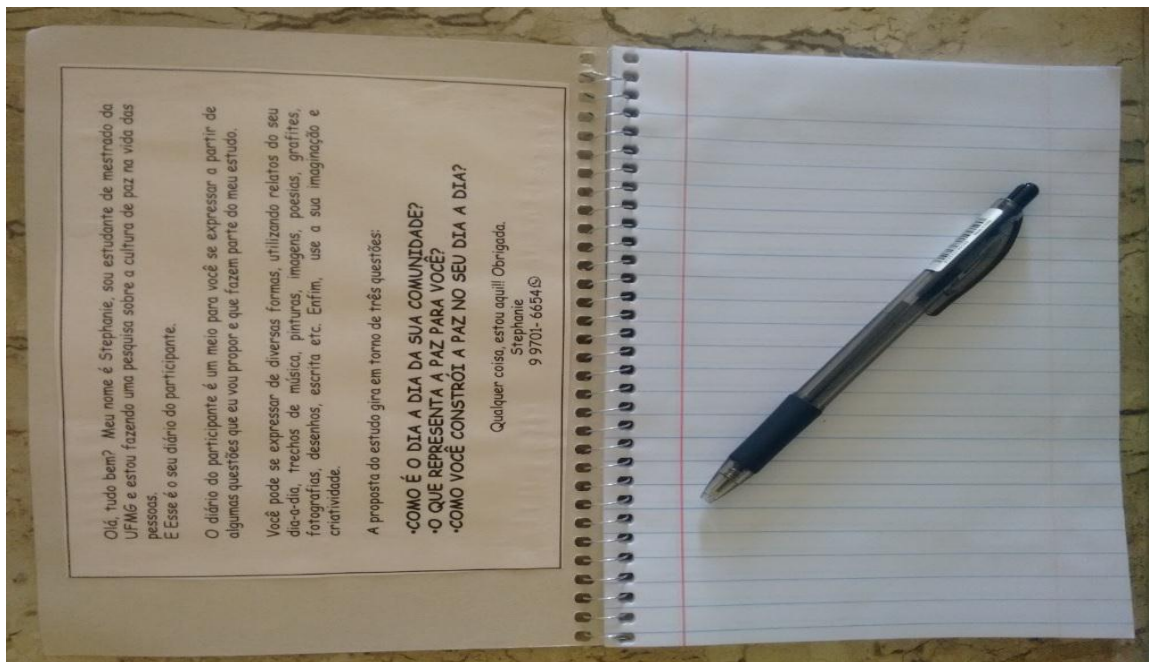
Após as observações das três oficinas, para observar em profundidade selecionamos a oficina de Tae-kwon-do por ser uma oficina representativa quanto público, raça, faixa etária e por ser um grupo menor e mais assíduo na oficina. Esses aspectos facilitariam a construção de vínculo e confiança com os participantes para desenvolvermos o último momento da pesquisa.

O último momento da coleta de dados buscou conhecer em profundidade a oficina de Tae-kwon-do do programa Fica Vivo. O acompanhamento da oficina aconteceu ao longo de 45 dias, durante 12 encontros. Primeiramente, me apresentei aos participantes e expliquei o motivo que justificaria as minhas idas às oficinas. Durante a primeira semana, a estratégia utilizada foi a observação dos participantes e das oficinas, depois da primeira semana os participantes já me reconheciam e espontaneamente vinham conversar comigo, inclusive me adicionaram pelo aplicativo *whatsapp* no grupo da oficina. Destaca-se que esse momento possibilitou a integração com os jovens e a construção de uma relação de confiança que seria fundamental para a continuidade do trabalho de campo.

No decorrer da segunda semana, convidei alguns participantes a conversarem comigo sobre o seu dia a dia e a suas perspectivas quanto à construção da cultura de paz. Percebi, durante as conversas, a dificuldade que os adolescentes apresentavam para discorrer sobre o assunto comigo. Dessa forma, foi sugerido a eles que fizessem um diário do participante onde eles pudessem se expressar livremente por meio de narrativas, desenhos, citações, letras de música, grafites e imagens, sobre três questões: Como é o dia a dia na sua comunidade; o que é paz para você; como você constrói a paz no seu dia a dia. Os participantes aceitaram participar da proposta e junto com eles definimos o prazo de 15 dias para eles ficarem com o

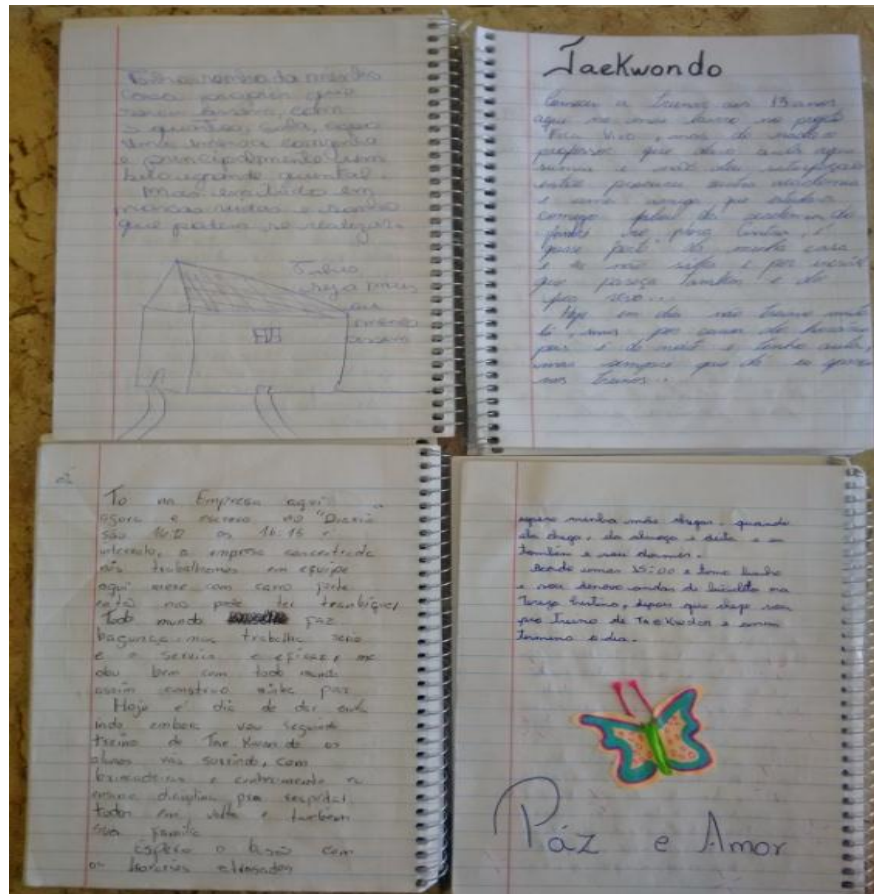
diário. Não houve acompanhamento dos diários com os participantes durante esse período, apenas a entrega ao final do prazo. Foi entregue para cada participante um caderno timbrado com 48 folhas e uma caneta (FIG. 10). Dos 15 participantes, 12 receberam o diário, os demais não estavam frequentes, 9 participantes entregaram o material no prazo. Dois participantes que não entregaram o material se justificaram pela falta de tempo para executar a proposta e o outro foi detido pelo artigo 155 do Código Penal durante esse período.

Figura 10 - Material entregue aos adolescentes



Fonte: Registro fotográfico obtido na pesquisa

Figura 11 - Diários dos participantes



Fonte: Registro fotográfico obtido na pesquisa

Utilizar o diário do participante como técnica de pesquisa possibilitou manifestações que, pela entrevista e observação, possivelmente, não seriam alcançadas, além de permitir a aproximação com a dimensão singular e particular da realidade dos adolescentes. Ao planejar o uso do diário do participante, eu estava consciente do fato de que nem todos se dedicariam à proposta, pois alguns participantes tinham mais disponibilidade do que outros e também interesse. O uso de trechos musicais, o desenho e a narrativa foram as formas de expressão mais utilizadas.

O corpus empírico do estudo demonstrado no quadro 02 foi constituído de quatro entrevistas com responsáveis pelo Fica Vivo na SEDS, cinco entrevistas com oficinairos, três entrevistas com jovens, que somaram 332 minutos de gravação em áudio. Nas entrevistas, utilizei o recurso da gravação para preservar a originalidade e a fidelidade dos dados o que permitiu reproduzir as falas dos participantes na íntegra. Compôs também o corpus de 75 páginas de registro dos diários dos nove participantes. Além das percepções da pesquisadora apreendidas a partir das observações das oficinas.

Quadro 02 - Corpus empírico do estudo

Fase	Proposta metodológica	Dados coletados	Período designado
Fase 1	Mapeamento dos programas	Documentos de sete programas com temática central promover a cultura de paz ou prevenir a violência em Belo Horizonte	3 meses
Fase 2	Entrevista com os coordenadores	- 4 entrevistas (03:47:05)	2 meses
	Entrevista com osicineiros	- 5 entrevistas (01:38:27)	2 semanas
	Entrevista com os participantes	- 3 entrevistas (00:07:32)	1 semana
	Diário do participante	- 9 diários dos participantes (75 páginas de registros)	2 semanas
	Observação	09 páginas de diário de campo do pesquisador	Ao longo da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa

Na apresentação dos relatos dos discursos, utilizo códigos C para designar representantes da gestão do programa, O para osicineiros e DP para os participantes adolescentes.

3.4 Análise dos dados

A análise dos dados foi orientada pela Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Fairclough e Chouliarake (2001). O autor orienta-se no pensamento crítico de Frankfurt e objetiva mostrar como a linguagem se configura nos processos sociais. O teórico utiliza o termo discurso para referir-se a um elemento da vida social que está intimamente conectado a outros elementos sociais, como um modo de ação e representação, socialmente e historicamente situado, em uma relação dialética com a estrutura social (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKE, 2001). A escolha por esse método de análise de dados sustenta-se no

sentido que ADC fundamenta pesquisas que expressam representações de poder, ideologia e práticas de resistência à opressão social (SOUZA, 2014).

Para Fairclough (2003), o discurso é um modo de ação, uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo. Para ele, os discursos não configuram apenas representações do mundo como ele é, são também projeções, imaginações, representações de mundos possíveis diferentes do mundo atual. Para compor o processo de análise, Fairclough (2008) propõe um quadro tridimensional considerando que cada evento discursivo tem as dimensões de texto, de prática discursiva e de prática social.

Nessa perspectiva, a vida social é composta por redes interligadas de práticas sociais econômicas, políticas, culturais e familiares que agem no mundo. A prática social corresponde a uma forma de atividade social relativamente estável, que inclui diversos elementos sociais relacionados dialeticamente: atividades, sujeitos e suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência, valores e discurso. O foco da abordagem de ADC de Fairclough está nas transformações da vida social contemporânea e no papel do discurso no processo de mudança, assim como nas alterações na relação entre semiose e outros elementos sociais nas redes de práticas (FAIRCLOUGH, 2008). A prática social é intermediária, a estrutura social e a ação social, mediando à relação entre as possibilidades definidas na estrutura social para a realização da ação social e a concretização de eventos (RESENDE, 2009).

A análise do texto é uma análise de forma e significado, podendo ser organizada nas categorias relacionadas a: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (FAIRCLOUGH, 2008, FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 2001). Os domínios da análise textual são a representação e a significação do mundo e da experiência; a constituição, reprodução e negociação das identidades dos participantes e as relações sociais e pessoais entre eles; além da distribuição da informação, se é dada ou nova, se é o foco ou é pano de fundo (FAIRCLOUGH, 2008).

Na análise da prática discursiva podem ser utilizadas categorias relacionadas à produção do texto, distribuição do texto e consumo do texto. Fairclough, indicou as categorias linguísticas para a análise, ressaltando a possibilidade de se focalizar nas categorias que serão mais relevantes e úteis (FAIRCLOUGH, 2008). Dessa forma, a definição das categorias foi realizada a partir da leitura documental e da análise dos resultados do estudo.

Essas construções remetem ainda ao conceito de cultura, que alicerça elementos do contexto - essencial na ACD – esses elementos subsidiaram o entendimento da construção cultural da paz na vida cotidiana. Para Thompson (2011), o fenômeno cultural pode ser

entendido como formas simbólicas em contextos estruturais; e a análise cultural pode ser construída pelo estudo da constituição de sentido e pela contextualização de formas simbólicas.

O processo de análise consistiu da descrição e da interpretação dos dados, sendo as três dimensões do quadro de análise superpostas na prática, em uma progressão da interpretação da prática discursiva à descrição do texto, à interpretação de ambos considerando a prática social em que se situa o discurso (FAIRCLOUGH, 2008).

A partir da Análise de Discurso Crítica e do referencial teórico do materialismo histórico dialético investiguei como os textos analisados materializam práticas sociais e discursos dominantes. E como os aspectos ideológicos sustentam as ideias hegemônicas dos discursos. Para isso, serão utilizadas algumas categorias desenvolvidas pela ADC.

Neste estudo, serão explorados conceitos como representação de atores sociais, modos de operação da ideologia segundo as concepções de Thompson (2011), e as categorias analíticas como vocabulário, prática social, trabalhadas por Fairclough e Shouliarake (2001).

3.5 Aspectos éticos

Quanto aos aspectos éticos, o projeto de pesquisa deste estudo foi submetido ao Departamento de Enfermagem Aplicada da EEUFMG, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais e ao Comitê de Pesquisa da Secretária de Defesa Social (SEDS).

A coleta de dados primários foi precedida de discussão com os participantes sobre os objetivos e finalidades do estudo e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C). Foi enfatizado aos participantes o anonimato, o sigilo dos dados e todos os direitos dos participantes, reduzindo assim quaisquer desconfortos ou riscos com a realização da pesquisa.

Todas as etapas desta pesquisa estão em concordância com a Resolução 466/12 do Ministério da Saúde que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos.

4 PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE TEXTUAL

A primeira fase da pesquisa constituiu no mapeamento e análise dos programas de prevenção da violência e promoção da cultura de paz. Nessa análise foi possível identificar aspectos que definem estrutural e conjunturalmente os programas nos seus campos de ações. Para a análise foram consideradas as dimensões texto, prática discursiva e prática social presentes no discurso.

A seguir apresentam-se as características dos programas analisados, construídos por meio dos excertos retirados do *corpus* dos documentos analisados (QUADRO 3).

Quadro 3 - Características dos programas de prevenção da violência e promoção da cultura de paz.

Programa	Objetivo	Público alvo	Intersetorialidade	Metodologia/ abordagem
P1	Reduzir a incidência de homicídios dolosos mediante prevenção nas áreas de risco, cujo indicadores de criminalidade violenta o justifiquem	Moradores de áreas de risco, jovens de 12 a 24 anos	Sim	Proteção social, intervenções estratégicas, oficinas.
P2	Potencializar a participação cidadã de determinados segmentos sociais e também estimular as interfaces entre os diferentes atores sociais comunitários locais	Moradores de áreas de risco, faixa etária livre	Não	Orientação, práticas de resolução de conflitos.
P3	Reduzir a morbimortalidade e os impactos psicológicos, sociais e culturais da violência	Gestores intrasetoriais	Não	Caráter consultivo
P4	Dotar jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência	Alunos, professores e familiares das escolas participantes do programa	Sim	Palestras
P5	Promover a formação e a capacitação dos educadores	Educadores da rede pública	Não	Capacitação
P6	Subsidiar a escola sobre Conceitos referentes à temática da prevenção da violência	Alunos, professores e familiares das escolas participantes do programa	Sim	Palestras e capacitações
P7	Formação e fortalecimento sobre cultura de respeito aos direitos humanos e cidadania	Moradores de áreas de risco, faixa etária adulta	Não	Orientações e ações educativas

Fonte: Elaborado pela autora

Identificam-se os aspectos ideológicos das políticas públicas nas quais uma cadeia de expressões textuais são reiteradas nos objetivos dos programas na tentativa de defender, ou justificar, um conjunto de benefícios que serão advindos da prática. *Reduzir incidências* de eventos relacionados à criminalidade e a prevenção da violência (P1); *reduzir morbimortalidade* em decorrência de eventos violentos (P3) e; *dotar comportamentos* em jovens para viver sem drogas e violência (P4) desempenham significações a partir de um controle macrossocial que atribui metas e estabelece padrões normativos para moldar comportamentos dentro da sociedade.

Diversos estudos têm demonstrado programas centrados na construção de normas de convivência e respeito, como modos de prevenção da violência e do crime (TREMBLAY et al., 1996; CHAUX, 2002, 2003; GÓMEZ-BUENDÍA, 2003). Sabe-se que há violências ocasionais, outras que são permanentes e elas dependem de ações que considerem as multideterminações do fenômeno. Por isso, a prevenção da violência não pode ser feita de maneira determinista mas com estratégias que modifiquem as relações sociais.

A definição do público alvo delimita o campo de atuação dos programas. Nesse aspecto, nos programas analisados, sobressai a compreensão de segmentos da população caracterizados por faixas etárias mais jovens, com menor escolaridade e marcados pela focalização territorial em áreas de alta vulnerabilidade social. A definição deste público é um fator determinante para a condução do programa, e pode ser justificado, por estar entre os jovens a maior incidência de acidentes de trânsito e homicídio (NASCIMENTO, 2009). Além disso, os jovens são aqueles que atendem por um tipo ideal de risco: jovens negros e/ou mulatos do sexo masculino, oriundos das classes vulnerabilizadas (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999). Desse modo, há uma diferença social nos programas que direciona o desenvolvimento das práticas marcado pela desigualdade social e distribuição desigual na sociedade.

As desigualdades sociais referem-se a processos relacionais na sociedade que têm o efeito de limitar ou prejudicar o *status* de um determinado grupo, classe ou círculo social. Do ponto de vista sociológico, a desigualdade social supõe o acesso diferenciados a bens, construídos e definidos socialmente, através de uma dada organização de posições no interior do sistema social (SORJ, 2001). A desigualdade entre os corpos dos cidadãos comuns não parece compatível com a construção de uma cidadania pautada na igualdade e na democracia (CALDEIRA, 2000). No entanto, há um tensionamento para se promover a cultura de paz em sociedades marcadas pela desigualdade social.

A incorporação ideológica da promoção da Cultura de Paz nos programas pode se representar por duas formas. Primeiro, o fato de focalizar as práticas em públicos específicos referente à necessidade de "manutenção e obtenção dos direitos aos cidadãos, uma vez que esses direitos ainda não estão em vigor para todas as classes sociais e etnias" (FERREIRA; SILVEIRA; PEIXOTO, 2013, p. 143). O segundo fato relaciona-se à possibilidade de "reinstalar processos de violência em áreas de periferias que se caracterizam como um território estigmatizado que apenas produz subjetividades atreladas a um contexto social violento" (FERREIRA; SILVEIRA; PEIXOTO, 2013, p. 142).

Assim, conjecturando esses elementos com a estrutura social, nota-se que o *corpus* analisado apresenta um contexto implícito na dimensão da prática discursiva. Analisando-se os programas de prevenção da violência, promoção da cultura de paz, o contexto da criação desses programas está relacionado ao processo histórico da violência na sociedade. Os índices de criminalidade no Brasil, a falta de oportunidades das pessoas menos favorecidas, a violência policial, impulsionam a formulação de políticas neste campo (PAES; RIBEIRO, 2014; BIROLI, 2011).

A prática discursiva reproduz aspectos da estrutura social, como elementos de controle e desigualdade social, que são notórios na abordagem das práticas, na definição do público alvo, na composição do projeto dos programas e na localização das práticas que estão predominantemente em áreas de risco. Essa construção discursiva dos programas legitima conceitos e ideologias de uma luta de classes entre o público que compõe as práticas e os aspectos determinantes na formulação dos programas.

Quanto à abordagem utilizada, destaca-se em alguns programas o caráter repressivo, que se orienta para a transformação de comportamento baseada na autoridade. No programa P4, o discurso baseia-se na concepção de uma educação repressiva, traduzida em uma prática social orientada na não distinção do uso e abuso de drogas associado à dependência. Essa concepção denota uma abordagem autoritária e moralista com relação ao fenômeno (PAES; RIBEIRO, 2014). Nos programas P1, P4 e P6, algumas abordagens utilizadas centram-se no controle da delinquência e violência, restringindo a prevenção a aspectos de segurança pública e repressão policial. A esse aspecto, Cruz Neto (1999) chama atenção para que o fim da violência não se limite a ações punitivas e repressivas.

Todavia, foram analisados outros tipos de abordagens nos programas. Verificam-se nos discursos algumas propostas de oficinas artísticas e de valorização de elementos culturais (P1) que propõem, em seu desenvolvimento, garantir a participação social e reflexão de temas que abarcam os direitos humanos (P1, P5, P7). Além disso, foram analisados em todos os

programas elementos que indicam o uso de estratégias de sensibilização e conceituação do fenômeno da violência, funcionando por meio de palestras, capacitações e encaminhamentos a órgãos competentes.

Contudo, a maioria dos programas organiza-se por meio de intervenções pontuais e de sessão única que utilizam recursos metodológicos típicos para apresentação teórica e de conteúdos (P2, P4, P6, P7). O desenvolvimento de propostas pontuais indica uma lacuna na possibilidade de se pensar uma prática com caráter de mudança social, visto que na intervenção pontual, o alcance torna-se limitado frente aos desafios de uma proposta que requer uma ação permanente de criação e transformação da realidade (COSTA, 2013).

Propostas que incentivam a participação social vão ao encontro da Cultura de Paz, pois operam com princípios democráticos e novas formas de solidariedade e transformação social, implicando a melhoria nas relações sociais, a participação ativa e o empoderamento das pessoas (ALMEIDA, 2013). Potencializar a participação cidadã de determinados segmentos sociais é apontado como objetivo central em cinco programas (P1, P2, P5, P6, P7).

Outra característica analisada é o aspecto da intersetorialidade nos programas. A intersetorialidade presente em três programas (P1, P4, P6) sinaliza um consenso discursivo sobre a potencialidade da articulação como dispositivo de construção compartilhada de diferentes setores com vistas a intervenções estratégicas, para superar as hierarquias institucionais e as relações de poder entre setores, políticas e segmentos sociais (SILVA et al., 2014).

A intersetorialidade é conceituada como uma oportunidade de construção de espaços com objetivos comuns que estimula a comunicação entre as políticas sociais. Essa construção conceitual parte do discurso construído pelos programas que indicam *discussões*, *encontros* e *reuniões* como estratégias de articulação para a atuação nas demandas do público alvo.

Como as desigualdades sociais e a violência juvenil ainda constituem grandes desafios aos países da América Latina, a ação intersetorial e a ação entre países parece o caminho para o enfrentamento dessa questão (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2003).

Quanto às concepções de cultura de paz, os discursos revelam elementos que se aproximam à perspectiva defendida pela ONU (QUADRO 4) com expressão dos princípios de: promoção da prática a não violência; promoção dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais; e promoção do fim da exclusão, injustiça e opressão político-econômica.

Quadro 4– Concepções de cultura de paz que orientam o desenvolvimento dos programas

Princípios de Cultura de Paz	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
Promoção dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais	Promoção dos direitos humanos e cidadania; potencializar o direito de ir e vir	Promoção dos direitos humanos e cidadania			Educação em direitos humano e cidadania		Formação e fortalecimento dos direitos humanos
Promoção do desenvolvimento que respeite todas as formas de vida		Participação cidadã de determinados seguimentos sociais				Capacitação em relação à intolerâncias diferenças	Enfoque nos segmentos sociais vulnerabilizados
Promoção da educação para a paz					Capacitação vinculando-a aos conceitos de diálogo, interação e articulação	Ações de fomento da paz entre as pessoas	
Promoção da prática a não violência	Prevenção da violência; monitoramento da criminalidade	Resolução de conflitos	Vigilância e prevenção da violência	Desenvolver habilidades para viver sem drogas e violência	Desenvolver material didático que estimule a prevenção da violência	Prevenção da violência	
Promoção do fim da exclusão, injustiça e opressão político-econômica	Intervenção estratégica à justiça social	Acesso à justiça social	Reduzir impactos psicológicos, sociais e culturais		Justiça na escola		Acesso à justiça social; Divulgação dos direitos
Promoção da liberdade de expressão e diversidade cultural	Oficinas artísticas, valorização de elementos culturais						

Fonte: Elaborado pela autora

O princípio *Promoção da prática a não violência* está presente em seis programas. O fato de esta concepção estar presente na maioria dos programas pode estar relacionado a uma aproximação conceitual entre a construção social do discurso da não violência e da prevenção da violência, sendo por vezes entendidos como sinônimos. Nessa perspectiva consideram-se os enunciados pautados na reflexão da prevenção da violência (P1, P3, P4, P5), ações de vigilância e monitoramento de índices de violência (P1, P3, P6), desenvolvimento de habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência entre o público jovem (P4, P6).

A não violência é um método de resolução de conflitos pela potência do diálogo, da conversação, pela escuta e pela experiência democrática de transformação social (ORTEGA, 2002). A prevenção da violência, por sua vez, é uma estratégia para enfrentar a violência, sendo por incentivo a modos não violentos ou centralizado na redução dos índices e/ou dimensionamento dos custos da violência e do crime em qualquer sociedade moderna (FARIA; SILVA; ZANINI, 2013). Intimamente, a prevenção procura a antecipação da decisão sobre uma situação de risco. Desta forma, num programa orientado pela não violência esperam-se ações centradas em metodologias dialógicas e participativas, o que necessariamente não ocorre em programas cujo foco é a prevenção da violência. (ORTEGA, 2002; FARIA; SILVA; ZANINI, 2013).

Neste estudo, não é objetivo definir se é mais adequada a não-violência ou a prevenção da violência, mas entender a concepção que orienta os programas, que tem repercussões no seu modo de operar as ações no cotidiano.

Ainda, é preciso considerar que programas orientados pela cultura de paz utilizam de preceitos como a não violência, o respeito à vida e a diversidade, a solidariedade, o equilíbrio nas relações de gênero e étnicas, e o fortalecimento da democracia e os direitos humanos. Nesse sentido, estes programas tornam-se mais abrangente que aqueles cujo foco é a prevenção da violência e a própria não violência, pois propõem mudanças de cultura e novos sentidos para as relações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos (SCHUCH, 2008; ROLIM, 2008). Observa-se hoje, que, mesmo coletivos transformadores utilizam métodos violentos para a resolução de conflitos, por isso à necessidade cada vez maior de difundir uma cultura que não se restrinja a violência direta, verbal, étnica ou de outra natureza (FARIA; SILVA; ZANINI, 2013).

O princípio *Promoção dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais* é citado em cinco programas, tanto na perspectiva de reflexão sobre temas relacionados à cidadania e aos direitos humanos (P1, P2, P5, P6, P7) quanto no estímulo ao direito de ir e vir (P1). Neste

sentido, o incentivo de práticas traduz discursos em defesa da democracia que leva em conta os conflitos cotidianos decorrentes da intolerância à diferença e das condições desiguais de existência, sejam elas subjetivas ou objetivas (SILVA, 2015).

A *Promoção do fim da exclusão, injustiça e opressão político-econômica* apresenta-se registrada em cinco programas, centrando-se nos elementos da exclusão social (P5) e injustiça na perspectiva de acesso à justiça social e a fruição dos direitos da população (P1, P2, P4, P7). O discurso de justiça pressupõe ideias de equidade na divisão social e do trabalho, considerando as necessidades individuais para buscar soluções justas para todos. Desse modo, consideram-se estes aspectos como expressões da ação coletiva que remete ao interesse dos indivíduos pela promoção de bens públicos e bem-estar (VALLESPÍN, 2005; MOREIRA; BRANCO, 2012).

A discussão da justiça social vem sendo construída nas dimensões política, normativa e moral, colocando-se em questão a combinação da ação do Estado e da política com critérios ético-morais. Ela se expressa no estabelecimento de normas de convivência e da consideração da liberdade, da igualdade e do valor das pessoas. Nesse sentido, a justiça social é um princípio conciliador das pautas dos direitos individuais e dos direitos coletivos.

O Brasil é considerado com desafios para concretizar a justiça social, pois os grupos mais abastados, quais sejam: homens, brancos e grandes proprietários, ocuparam os lugares de poder (CAMARGO, 1986). Essas desigualdades são estruturais e estão intimamente ligadas aos trezentos anos de escravidão (JACCOUD; BEGHIN, 2002). Essa historicidade é revelada na formulação de políticas, orientadas pela equidade, nas quais a população negra e pobre continua sendo vítima de um sistema social discriminatório (CAMARGO; ALVES, 2005).

Ainda na análise dos programas, outros aspectos apresentados relacionam-se ao respeito à diversidade (P2, P6, P7) e a promoção da diversidade cultural (P1). Pode-se afirmar que tais concepções avançam em novos modos de pensar o enfrentamento da violência, uma vez que o compartilhamento da cultura coletiva, entre eles normas, regras e valores sociais distintos, acabam por conduzir a novas práticas sociais (VALSINER, 2007).

A análise permite inferir que os programas estão intrinsecamente relacionados à prevenção e à resolução não violenta de conflitos. Reconhece-se a relevância na implementação destes programas de prevenção, mas ainda persistem lacunas na perspectiva da cultura de paz que não se restringe ao enfrentamento da violência.

A construção da cultura de paz se demonstrou presente em alguns discursos que orientam a formulação dos programas, avançando para um sentido positivo, que não pode ser definida pela simples ausência ou prevenção da violência, mas consolidada na ideia de que as

interações humanas podem ser geradoras da paz e desenvolvidas a partir de práticas proativas que dependem dos sujeitos envolvidos no processo (MOREIRA; BRANCO, 2012). Neste sentido, práticas que fortaleçam uma cultura de respeito aos direitos humanos e as diversidades e que operem na mudança de paradigmas da violência, avançam na conquista da democracia, na resolução eficaz dos conflitos e na construção da cidadania.

Destaca-se nos programas analisados o jovem como alvo, embora seja evidente a produção discursiva que não incorpora o protagonismo destes sujeitos. Tal achado indica a necessidade de se construir enunciados que indicam a centralidade do jovem no programa, não apenas como alvo das ações, mas, sobretudo, como sujeitos capazes de definirem as estratégias, mecanismos e dispositivos a serem implementados. Isto se faz necessário, pois, não basta desenvolver ações com intuito de estabelecer comportamentos ideais que enfoquem nos comportamentos de risco dos jovens, tais como o consumo de drogas e a prática violenta.

Os jovens devem ser entendidos como agentes ativos que promovam mudanças capazes de interiorizar novos modos de viver e desconstruir paradigmas. Assim, as políticas públicas voltadas para esse público devem contribuir para que os jovens tenham uma participação ativa efetiva na sociedade dando legitimidade às suas diferentes formas de expressão e atuação, investindo o jovem como agente de mudança social (BASTOS, 2004).

5 VIOLÊNCIA: ELEMENTOS NO CONTEXTO SOCIAL

Essa categoria apresenta os aspectos dos discursos dos coordenadores e oficinairos que revelam práticas sociais enraizadas no controle da criminalidade e na prevenção da violência. Quanto aos adolescentes, existe um discurso marcado pelo preconceito e pela desigualdade social. A identificação destes elementos na análise indica que os interlocutores dos discursos convivem e lidam com o contexto da violência e consideram essa realidade parte do seu cotidiano.

Isso se traduz em enunciados, que remetem ao contexto da produção da violência, seus determinantes macro e microestruturais, incluindo a mídia, o território da favela, a condição juvenil e as diferenças de classe em especial de raça e status econômico. As noções que compõem essa categoria reforçam os achados na literatura (ALMEIDA, 2010) que mencionam o preconceito, a vulnerabilidade, a banalização e a influência da mídia como elementos que definem a violência na sociedade atual e que produzem discursos ideológicos e hegemônicos acerca deste fenômeno.

5.1 Violência, mídia e vulnerabilidade

Assim como descrito nos resultados da primeira fase, os critérios que definem a instalação do Fica Vivo não o diferencia de outras políticas públicas. Seus equipamentos são planejados para ocuparem as áreas mais vulneráveis da cidade e onde as estatísticas apontam um maior índice de homicídios e criminalidade.

Entre os anos 2003 e 2008, o número de homicídio aumentou drasticamente na comunidade Cabana do Pai Tomaz em decorrência do tráfico de drogas. Segundo os oficinairos do programa, essa expansão foi acompanhada por uma polarização dentro da favela que delimitou territorialmente o narcotráfico, instituindo, assim, um conflito territorial entre as facções internas.

2003, 2004... Até 2008, tava muito violento, aqui tava morrendo 46 pessoas por semana, trocas de tiros 2,3 vezes por semana, o pessoal de baixo contra o pessoal de cima, o pessoal de cima que eu falo é 50 metros daqui, contra 50 metros dali de baixo, que são duas bocadas totalmente diferentes. (O2)

Isso gerou mais ou menos uns 7, 8 anos de conflito na comunidade, a ponto da /circulação da população ser quase restrita a igreja e ao supermercado, não existia uma circulação sabe?! (O1)

A ocupação das favelas pelo narcotráfico, bem como a guerra entre as facções, provocou um aumento da sensação de insegurança entre os moradores, que se sentiam oprimidos a um sistema violento que fora estabelecido para eles, mas do qual eles também fazem parte.

A dinâmica social da favela é associada muitas vezes a lei do tráfico que atinge a comunidade com sentimentos de medo, insegurança e cerceamento da liberdade de expressão e da liberdade do direito de ir e vir (SANTOS, 2007).

O tráfico de drogas afeta o cotidiano das comunidades das favelas, funcionando como um dos mais importantes organizadores das formas de sociabilidade no cotidiano das favelas. Sua presença possui poder institucional, oferecendo um sistema paralelo de normas comportamentais que dita indiretamente o percurso que os moradores da favela devem seguir. A violência decorrente do tráfico de drogas e do conflito entre gangues, regula, permite, interdita e comanda a vida dos jovens, homens e mulheres na favela (RAMOS, 2006).

Santos (2007) discute a dinâmica social das favelas e indica que os conflitos entre grupos de traficantes pelo controle de porções do território dentro das favelas, assim como a guerra permanente com a polícia, fazem da sensação de segurança um bem cada vez mais escasso, determinando, assim, um modo de viver nas favelas que é submetido a um controle externo.

A sensação de insegurança depende de uma junção de fatores que oferecem ao indivíduo um instantâneo cenário criado a partir da expectativa de que uma situação ou uma área ofereça risco aos seus bens ou à sua integridade física. Assim, tem-se o tráfico de drogas como uma instituição determinante para formação desses riscos, visto que é capaz de organizar e definir a vida da comunidade (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2007).

A violência relacionada ao tráfico de drogas está presente na comunidade estudada. Mas existem outras formas de violências que acompanham a vida cotidiana das pessoas e das comunidades, como a violência emocional, doméstica, física, sexual e simbólica. O convívio com cenas de violência impõe ao sujeito uma cultura marcada pela opressão, dominação e sujeição a violência.

O jovem ao se constituir como sujeito neste ambiente determinado por vulnerabilidades e em constante situação de risco, numa tentativa de garantir sua inclusão, acaba identificando-se ora como o oprimido, ora como o opressor, expressando seus sentimentos por meio de relações violentas e de poder que perpetuam sua condição de exclusão (OZELLA, 2003; SAITO, 2000). Assim, a cultura é traduzida como reflexo das

mudanças nas relações sociais, desde a esfera da produção econômica até a esfera do imaginário dos agentes e das representações de ordem (PASTANA, 2007, p. 91).

Porque se fala tanto dessa cultura da paz, considerando que nesses territórios vulneráveis aonde os índices de homicídios são altíssimos, eles só se comunicam e resolvem os próprios problemas dentro de uma linguagem de cultura da violência. Então, a gente que tá do lado de cá, fala muito e entende muito da cultura da paz, mas foi algo que me impressionou muito essa questão de dentro desses territórios, por que eles precisam ter acesso a mecanismos que fomentem a cultura da paz, porque eles se comunicam através de uma linguagem de cultura violenta. Então, coisas que me impressionam, né? [...] Nesses territórios, às vezes, eles matam um garoto às 10 horas da manhã, às 8 horas da manhã e o “rabecão” só passa pra recolher o corpo, fazer a perícia às 17 horas e a vida no território continua inalterada, as mulheres vão e voltam pra fazer sacolão e o corpo caído lá e ninguém joga um jornal em cima. É a naturalidade, a rotina da violência. (G4)

A exposição constante a armas de fogo, mortes por motivações banais ou vinganças e relações sociais pautadas em agressões, produz uma ecologia psicossocial marcada por uma cultura em que a violência se torna natural (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013). Como defendido por Pastana (2007), a violência se torna uma cultura quando transforma o modo das relações sociais.

Nesse sentido, a análise dos dados revela a naturalização da violência na vida cotidiana. Os discursos apresentam cenas de violência que são narradas como algo comum e frequente no cotidiano.

Tinha menino que entrava na guerra porque o tio, o primo, o irmão tava envolvido, e isso foi formando movimento forte aqui na comunidade [...] é um laço forte que se cria, pra defender o movimento. (O5)

é muito no sentido de tentar desconstruir isso que, às vezes, já tá naturalizado nos territórios sobre a violência, ou de que o jovem, ele é isso, “o temido”, ele é só aquilo, a gente tenta enxergar ele enquanto um jovem, ele é uma pessoa, ele não é o ato, ele não é só o crime, o bandido, a gente tenta enxergar com um olhar diferente. (G1)

O sentido da violência como algo natural é produzido pela sua constância no cotidiano. Para Heller (1970), a vida cotidiana é a constituição e reprodução do próprio indivíduo e, conseqüentemente, da própria sociedade, por meio de objetivações.

Tomando como referência palavra “cotidiano”, sua origem em latim *cotidie* ou *cotidianus*, significa todos os dias, o diário, o dia-a-dia, o comum, o habitual. A violência como algo comum ao dia-a-dia refere-se a uma representação social do cotidiano, ou seja, remete as ações que dizem respeito a rotinas e a tudo que se realiza, repetidamente.

Nesse contexto, vale destacar o papel da mídia, como um dos principais determinantes das relações sociais na atualidade, que tem profundo poder de penetração nas diferentes

camadas da sociedade, constituindo-se no principal veículo da ideologia e expressão da violência cotidiana (CANIATO, 2008). A mídia apodera da vida cotidiana e torna-se um dispositivo potente na formação de opiniões das pessoas.

[...] e na cena da TV é morte que tu vê e a vida sendo trocada por uma mera mercadoria. (DP3)

E se você perguntar quem já ligou a TV hoje [...] é violência e repressão a todo o momento que você vê. (C2)

Diante de tanta injustiça, desrespeito, morte, violência que você vê na TV, a paz é quase inexistente. (DP2)

Os veículos midiáticos utilizam determinados verbos e adjetivos que possuem um peso semântico na produção do discurso. Essa produção influencia os jovens a se apoiarem nos casos de injustiça como uma prova de que é quase impossível alcançar a paz. A influência da mídia foi identificada nos discursos dos participantes como um aspecto que contribui para a reprodução de estigmas e preconceitos na sociedade.

No Morro das Pedras, por exemplo, a criminalidade dos homicídios com os jovens estava sendo uma questão na mídia, vinculada de uma forma muito negativa. (C1)

Dentro da própria comunidade já tem um estigma em relação a eles, eu acho isso tão estranho, mas também eu não acho que não deveria ter, porque eles também tão ali reproduzindo o discurso da mídia. (C2)

Então, assim, uma problemática, se antigamente esses adolescentes e jovens resolviam seus problemas na porrada, sabe a porrada do final da escola e tudo mais? Hoje eles têm o acesso a arma e isso, obviamente, vai sim causar os homicídios [...] Isso a gente vê em qualquer discussão de mídia, enfim, a gente não precisa estar dentro do estado pra gente supor isso ou como sociedade civil, né? (C3)

Destaca-se a hegemonia na estrutura social sobre os jovens. Por mais que exista o incentivo à cidadania e promoção da cultura de paz, o discurso da superestrutura midiática é determinante da prática social. Esse discurso tem efeito persuasivo e essa “verdade” produzida pela mídia atua na despotencialização do jovem na transformação da própria vida.

O principal organizador das relações sociais na atualidade é a mídia. Sua influência tem profundo poder de penetração nas diferentes camadas da sociedade (CANIATO, 2008). Seu discurso, majoritariamente, é pautado em concepções que ideologicamente reforçam a existência de uma essência violenta e criminosa, encontrada, sobretudo, nos segmentos pobres da sociedade (BRETAS, 1997).

A concepção de violência como algo comum e originário de camadas mais pobres é configurada como uma prática social, construída historicamente desde meados do século XIX,

com teorias que associam e naturalizam pobreza e criminalidade, fundamentada em concepções racistas, eugênicas e higienistas. (BOVE, 2010).

Nesta direção, os achados revelam a violência como algo comum e presente no cotidiano. O processo de naturalização gera um sistema comportamental que se manifesta como um círculo vicioso, no qual a violência é compreendida como causa e efeito de um processo das relações sociais do cotidiano (OSÓRIO, 2000). Os discursos remetem a essa concepção expressando os valores que foram interiorizados pelos jovens por meio da socialização, moldando estes sujeitos frente às situações.

Então dentro das casas, considerando que esse é o paradigma comportamental, você já começa uma relação aonde tem amor, por óbvio, mas a linguagem, a troca, o diálogo, ele é violento, ele é raivoso, ele é áspero. (C1)

Num território vulnerável desses alguém diz que “Ah, se o filho de fulano de tal não parar de jogar a bola na minha janela, eu vou matar ele.” (C4)

Aqui tinha tiro 2,3 vezes por semana, o pessoal de baixo contra o pessoal de cima [...] isso gerou mais ou menos 8 anos de conflito dentro da comunidade e outras pessoas entrando, chegou um tempo que tava entrando na guerra, simplesmente só para participar dela, porque tinha morrido alguém que tinha conhecido ou porque deram tiro no beco..eu vou comprar um revolver e vou entrar também.(O2)

Então, as vidas são pra eles, eles não acreditam que podem morrer, mas também não pensam duas vezes se precisarem pichar o muro da casa do cara “você vai morrer”. (O1)

A análise dos excertos anteriores indica a forma como o texto é arquitetado para construir o significado que se pretende expressar. Neste caso, o sentido da naturalização da violência representado nos trechos “*ele é violento, ele é raivoso*”; “*você vai morrer*”, pode ser entendido discursivamente como um modo de operação da ideologia da reificação. Essa ideologia define determinados discursos como permanentes e ligados a certos coletivos, associado à estratégia de construção simbólica que interpreta determinada prática como natural. Segundo Thompson (2011), naturalização é uma estratégia ideológica, em que se considera aquilo que é construído socialmente como se fosse independente da ação humana.

A violência naturalizada no cotidiano do jovem pode ser interpretada como um aspecto construído para a sobrevivência e reprodução social. A reprodução da violência como algo normal e inerente à vida social conforma a alienação da vida cotidiana. A alienação ocorre quando os indivíduos se “adaptam” ao mundo em que nasceram e não adquirem em relação a ele uma atitude individual, autônoma para promover mudanças (HELLER, 1994).

Nesse sentido, os jovens residentes do aglomerado Cabana do Pai Tomaz, por meio da relação com cotidianidade, organizam a sua vida de acordo com a concepção de mundo que

lhes foram apresentadas, ou seja, um cenário permeado pela violência, na qual, a construção da paz é algo distante.

O contexto da violência no cotidiano das pessoas está associado a outro elemento presente nos discursos: a cultura da “justiça com as próprias mãos”. A vontade de resolver as coisas em tempo imediato produz, no cotidiano, o aumento de reações que levam em conta a resolução de conflitos não pelo diálogo, mas por meio de atos físicos violentos.

Então, o problema do tráfico de drogas não é meu, tô nem aí pra vocês quanto ao tráfico de drogas porque esse é um problema da polícia, da justiça. Meu problema é você ficar vivo, eu não quero que você vá lá e tome a boca do cara, mano! Eu não quero que você vá lá e mate a família do cara, isso vai gerar outras coisas. Tento argumentar com ele de uma maneira plausível, mas nem sempre o jeito que eles escolhem para resolver as coisas é certo. (O3)

É proteger esse jovem para que ele não assuma o papel de vítima ou agressor mediante algum conflito que não foi resolvido com alguém ou grupo do tráfico. (C2)

Querendo ou não a maioria dos jovens tem relação com o tráfico, infelizmente, o medo de ser X9, de falar alguma coisa. E isso vai criando uma cultura entre eles de serem os guerreiros e de fora da favela também, da visão que se tem. (O4)

A cultura da “justiça com as próprias mãos” não se restringe apenas a uma classe social e configuram situações avessas à vigência dos direitos humanos. Por mais que a indignação e a revolta façam parte da sociedade, elas não podem ser exercidas com esse nível de arbítrio, ou seja, a violência como resposta à violência (PAIVA; SALES, 2010). Em outra perspectiva, é necessário um esforço junto às pessoas de compreender que os indivíduos massacrados e julgados pela sociedade, são sujeitos de direitos. As culturas constroem os valores que querem para si e os valores que querem para os outros, por isso é tão complexa de ser construída e de ser transformada.

Os achados indicam que o "território vulnerável" é um elemento que determina a implementação de políticas públicas específicas para esse público, assim como um discurso marcado pela determinação da raça/cor, da posição econômica e geracional.

Centro de Prevenção de base local tem como público-foco os jovens e adolescentes, adolescentes e jovens, né? Que tenham um envolvimento com a criminalidade porque esses são os que estão mais propensos a matar ou mais vulneráveis para morrer. (C1)

Fridman, Leite e Oliveira (2006, p. 1) afirmam que há um mecanismo social de tratar a favela partindo da concepção nociva que associa a criminalidade violenta às populações faveladas. O território vulnerável é aquele onde há um resultado negativo da relação entre a

disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da sociedade (ABROMOVAY et al., 2002). Esse resultado se traduz em desvantagens para a mobilidade social dos sujeitos.

Analisando esse achado sob a perspectiva da Teoria da Desorganização Social pode-se afirmar que a integração social em virtude da mobilidade de jovens que vivem nesse ambiente e que, seduzidos ou ameaçada, restringe os jovens a escolhas de viver do tráfico ou de lutar e morrer por ele (TAVARES et al., 2016).

O jovem participante do Fica Vivo além de estar inserido em um território vulnerável, ele também é uma pessoa vulnerabilizada. A maioria dos jovens tem suas histórias marcadas por envolvimento com drogas, baixo grau de vinculação familiar, comunitária e com a escola, além de residirem em contextos empobrecidos. Essa condição amplia a situação de “desfavorável” que estes sujeitos ocupam no jogo social

Porque todo mundo quando discute a questão da prevenção, discute muito assim, prevenção funciona para quem não tá envolvido, esses meninos que já têm envolvimento, é aquela regrinha dos três "c" lá, ou é cadeia, ou é caixão ou é cadeira de rodas. Então, pra quê trabalhar com jovens que já tão envolvidos? Esses meninos já tão perdidos, a qualquer momento eles vão se deparar com a morte. (C1)

Porque o público usuário, às vezes um menino, e tá no movimento e tal. Mas muito, uma grande maioria atende os adolescentes e jovens que são atravessados pela criminalidade, mora na favela, o pai fuma um, o menino nunca pegou em arma, não é aviãozinho e tal, mas é... entende? (C2)

Os relatos demonstram a representação do jovem, negro, morador de periferia, como propenso à criminalidade e a violência. As expressões “*cadeia, caixão e cadeira de rodas*”, “*mas é... entende?*”, manifestam a tentativa do expurgo do outro, como uma estratégia ideológica do discurso que cria uma imagem negativa para indicar o destino de jovens residentes em um território vulnerável e envolvidos com a criminalidade.

Nesse sentido, os favelados são submetidos à criminalização de sua condição social, cujo sintoma mais evidente é a violência irrestrita das forças policiais e o não reconhecimento dos direitos de cidadania.

A todo o momento os adolescentes reclamam, falam que a polícia para eles sem motivo algum. Mas eu tento conversar com eles que as coisas não podem ser generalizadas. Mas para um jovem que a todo o momento é colocado como suspeito, é difícil mudar essa concepção. (O2)

Deixa eu dar um outro exemplo, teve uma situação onde um adolescente que tava me contando que ele, quando chegou a polícia, ele correu e aí a polícia foi atrás dele

e, enfim, revistou e tudo mais. E aí eu falei com ele assim: mas por que você correu? Ele disse assim: "não sei por que eu corri". Mas você tava com alguma coisa? Aí ele falou assim: "não". Aí eu falei assim, então, pra que você correu? Olha só que loucura como isso já tá tão instituído na cabeça dele, é pobre, morador de favela, enfim, pra que que correu? Então, eu acho que é esse o ponto, não entendi, não, mas por causa disso, não, mas por quê? Se você não tava com nada, se você acabou de falar que se você tá com alguma coisa você roda, se você não tá com alguma coisa você não roda, então, por quê? Então, esse é o ponto de estranhamento que a gente vai tentando trabalhar, a gente não institui talvez você tenha visto, a gente não institui isso na metodologia, o termo "cultura de paz", mas eu acho que são, talvez, uma forma de... a solução pacífica, né? De algumas situações, de alguns conflitos e tal, mas eu acho que não tá instituído conceitualmente, mas todo o aparato do programa tá dizendo isso. É isso. (C2)

Os achados indicam que o jovem morador de favela é construído no singular como um sujeito temido e perigoso. As representações hegemônicas determinam as práticas cotidianas e concretas que por lá circulam, como se os indivíduos que habitam nas favelas não fossem de fato sujeitos. Cria-se um discurso que silencia as vozes locais e delimitam os "territórios favelas" como um espaço genérico do perigo ligado ao chamado tráfico de drogas (LOPES, 2012).

Como consequência desta construção do perigo da favela e do favelado, o preconceito e o estigma são processos sociais muito semelhantes que podem resultar em discriminação, envolvendo estereótipos e rejeição social estabelecidos por práticas sociais hegemônicas. Os relatos a seguir são atravessados por essas concepções e confirmam o discurso atribuído ao preconceito racial contra jovens, negros e moradores das favelas.

Como dizia Emicida "você sabe que o táxi não para pra você e a viatura para", e é complicado, mas é mais ou menos assim o meu dia a dia. (DP6)

E os jovens estão sempre mencionando o preconceito e afirmando o negativo que tá envolvido com o preconceito, principalmente de alguns policiais que tinham aqui antigamente. (O2)

As oficinas permitem uma transformação que não é só ali pros envolvidos, para quem conhece aquele menino. Mas assim, de um modo geral diz que há algo positivo naquela comunidade, porque é muito estigma, muito preconceito, muita coisa que, às vezes, é muito difícil de desconstruir na sociedade. (C1)

Os indivíduos conhecem a discriminação por meio da experiência. "Estigma" não é uma palavra teórica distante, mas uma experiência real, sentida pelo Eu e encontrada no comportamento daqueles que a todo tempo são afastado de alguém pelas suas características físicas e sociais. (JOVCHELOVITCH; PRIEGO-HERNANDEZ, 2013).

Farenzena (2002, p. 142) expõe que crer em preconceitos é cômodo porque protege de conflitos, permite o isolamento aparente do problema, inibe as escolhas, confirma as ações

preconcebidas e joga para fora do individual o compromisso social e o compromisso com a vida. Desse modo, a sociedade atribui ao outro estigma como um mecanismo de defesa frente aos riscos impostos pela sociedade e pela mídia. O estigma atribuído a esse grupo social possui um papel central na produção e reprodução das desigualdades sociais.

A construção que se dá em torno dos discursos vai desenvolvendo um processo específico de discriminação baseada na cor da pele, repercutindo na violação dos direitos da cidadania (ADORNO, 1996). Essas representações sociais relacionadas à classe social e a raça têm determinando, inclusive, o tratamento discrepante em matéria de direitos humanos para os cidadãos negros. Conseqüentemente, interfere no aumento das taxas de mortalidade da população jovem e negra, em decorrência da rivalidade violenta das quadrilhas de traficantes de drogas e entre as polícias (ZALUAR, 2004).

A lógica desse jovem é uma demonstração de como o estigma é uma prática internalizada pelo Eu. Assim, no cotidiano, o jovem reproduz um comportamento de repressão diante da estrutura social que o acompanha, independente da cena em que ele está. O sentimento de ser culpado, de estar sendo perseguido ora por policiais ora por inimigos do tráfico, são dimensões subjetivas que direcionam o comportamento desses jovens no seu dia a dia e se expressa no significado representacional do discurso.

Os coordenadores incorporam um discurso de igualdade, inclusão social e respeito as diversidade. Assim, a configuração do programa Fica Vivo é sustentada por um pensamento de programa focalizado que centra suas ações em públicos específicos da sociedade em determinados territórios.

O Fica Vivo é um programa que fica dentro da Secretaria de Defesa Social porque ele foi criado para controlar os índices de homicídio em territórios vulneráveis e temos uma parceria inclusive com a Polícia Militar, então, ele é de segurança pública. (C4)

Programa Fica Vivo tem essa faixa etária de 12 a 24 anos, o objetivo principal do programa é reduzir e controlar homicídios e aí a gente tem duas estruturas fundamentais, a primeira estrutura são as causas imediatas que é o que causa a ocorrência de homicídios de jovens nessa faixa etária e as causas estruturais, que são todas as discussões das desigualdades como um todo. (C2)

Nos discursos acima, a modalidade nos verbos “*reduzir*” e “*controlar*” indica o objetivo central do programa. No primeiro excerto o trecho “*ele é de segurança pública*”, a modalidade do verbo ser, também sugere a objetividade e a responsabilidade específica do programa ligado à segurança pública. O enunciado “*controlar os índice de homicídio em*

territórios vulneráveis” revela a vulnerabilidade como algo que influencia as definições dos programas de prevenção da violência.

Ressalta-se a redução dos índices de violência e criminalidade como finalidade do programa, atuando junto à população de alto risco em homicídios, aos jovens provenientes de famílias com baixa renda, moradores de área de periferia em processos de precarização dos seus laços sociais. Essas características do programa o tornam uma política focalizada, o que é insuficiente no ponto de vista da conquista da igualdade de direitos e da ruptura do estigma e preconceito. A focalização da política nesse segmento da população reproduz o discurso da mídia e da sociedade sobre a população jovem, negra e pobre do Brasil.

Em suma, a discussão apresentada nessa categoria levanta a necessidade de se constituir um novo paradigma sobre as nuances da violência na sociedade. É dominante o pensamento que associa a preconceito e o estigma à violência, definindo as práticas sociais, apoiado em uma força midiática que espetaculariza a violência e reafirma todos os estigmas que a população vulnerabilizada carrega.

A construção ideológica de um novo paradigma, que considere a paz como algo comum é, portanto, essencial para a mudança de significado, percepções e modos de abordagem da violência.

6 FICA VIVO: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ

Essa categoria emergiu dos discursos em que os coordenadores, oficinairos e adolescentes relataram suas percepções sobre a cultura de paz no programa Fica Vivo. Os relatos evidenciam principalmente a relação do estímulo à participação social, ao diálogo e à expansão dos direitos fundamentais com a construção da cultura de paz. Destacou-se a estratégia de mediação de conflitos com um mecanismo alternativo de resposta aos conflitos sociais.

Identifica-se que há dimensões da cultura de paz originárias da responsabilidade macro social e outras que são intrínsecas as subjetividades dos sujeitos e incorporada no contexto das micro relações sociais. Essa dupla determinação confere complexidade ao fenômeno, revelada na análise dos dados e que permitiu a conformação das subcategorias: Macroestrutura social: Reflexos da cultura de paz e Sentidos da cultura de paz na vida cotidiana.

6.1 Macroestrutura social: reflexos da cultura de paz

O nome do programa Fica Vivo revela-se como um elemento discursivo que merece destaque neste estudo. Há uma argumentação representacional da expressão “Fica Vivo” que remete tanto a existência biológica do ser humano quanto ao seu direito inato. O uso da palavra “vivo” no nome do programa indica para quem operacionaliza o programa, uma preocupação ao direito à vida.

“Fica Vivo” foi um nome que foi construído junto com essa comunidade, algo que dissesse qual era a mensagem que a gente queria passar, que tinham muitos jovens que estavam morrendo e algo precisava ser feito pra que eles permanecessem vivos.
(C1)

Cretelha Júnior (1988) em seus comentários sobre os direitos fundamentais sobre a constituição federal menciona o direito à vida como uma expressão que tem, no mínimo, dois sentidos, o “direito a continuar vivo”, ligado à segurança física do ser humano e “o direito de subsistência”, ligado ao direito de prover à própria existência, mediante uma vida digna quanto à subsistência (MORAES, 2002). Essa análise enaltece o objetivo do Programa que ao mesmo tempo em que há a proteção dos adolescentes dos riscos provenientes da situação

vulnerável como possível vítima, revela também uma proposta de encorajá-los a seguir seus caminhos na vida.

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa dispõe diferentes conceitos para palavra “vida”. Trazemos para sustentar a discussão dois conceitos [...] 3 - o período de um ser vivo compreendido entre o nascimento e a morte; [...] 9- meio de subsistência ou sustento necessário para manter a vida. (HOUAISS, 2001, p. 2858).

O art. 5º da Constituição Federal o menciona: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

Desse modo, se analisarmos somente o nome do Programa, percebemos uma expectativa em relação à defesa da vida que lhe é atribuída e que se evidencia na preocupação expressa pelos coordenadores e oficinairos com a vida dos jovens. Nesse aspecto, a proposta do Fica Vivo supera a lógica da prevenção da violência em direção à proteção dos jovens, na garantia do direito à vida. As estratégias de oficinas e o uso da mediação de conflitos se desenvolvem na perspectiva de construir com os jovens esse sentido de preservação e defesa da vida. Esse é um elemento de destaque para pensarmos a cultura de paz, visto que na sua concepção está a defesa dos direitos humanos fundamentais.

Todo jovem tem direito à vida, por mais que ele já esteve envolvido com a criminalidade, é isso que a gente defende esse direito. (G1)

Eu falo com eles, você tem que valorizar o seu direito à vida, mas não, eles constantemente entram em conflito com alguém por coisa pouca e colocam a vida deles em risco, eles nunca acham que nada vai acontecer com eles. (O4)

Os discursos de direito à vida estão relacionados à defesa do jovem que está em uma situação de risco em decorrência de conflitos com algum grupo rival ou porque seus direitos humanos estão ameaçados em decorrência do preconceito e da discriminação. Desse modo, destaca-se a necessidade de políticas públicas que preocupem com a vida, pois ela é a mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito para a existência e o exercício dos demais direitos (MORAES, 2002). Assim, não podemos pensar na construção da cidadania sem a existência humana, nem tão pouco da cultura de paz sem o respeito à vida.

Bem como o direito à vida, o direito à liberdade influencia à conquista da cidadania e, por conseguinte, a cultura de paz. A liberdade de ir e vir, de expressão, de consciência e

crenças, e de participação, favorece a comunicação, o diálogo, resultando em uma resolução eficaz dos conflitos.

O Fica Vivo representa a possibilidade de liberdade cotidiana para os jovens que, na maioria das vezes, estão atravessando algum conflito seja com a justiça, com algum grupo rival ou na própria família e que acabam sendo preterido de participar da própria vivência da comunidade.

O jovem às vezes oprimido pela realidade do tráfico, da própria violência, ele é capaz de circular só no morro, a cidade aqui ele às vezes pouco frequentou. (C4)

Então, quando o Fica Vivo chegou pra cá, ele foi a solução, impediu que a guerra continuasse, fez com que as pessoas tivessem o direito de ir e vir, abriu o diálogo entre as partes, a parte de cima e tornou... hoje a favela é, hoje a comunidade é o que é graças ao empenho dos "oficineiros", e isso é paz. (O3)

O Fica Vivo tem transmitido bastante a paz, assim, tem mostrado uma forma pros jovens articularem, até pra circulação e tudo, que os jovens não se circulam, por quê? Ah, porque eu tenho medo de ir lá, porque senão... não, mas lá a gente já conversou com as lideranças, não tem nada a ver isso... então, nessa paz vão sendo quebrados os conflitos. (O1)

Pego a bike e correndo vou saindo desviando de carro e moto com paz e com pressa vou seguindo, vou gritando pela rua sai da frente olha o pesado, só de poder andar no morro vejo a paz no meu bairro. (DP3)

Notam-se nos discursos trechos como “*quando o fica vivo chegou*”, “*o Fica Vivo tem transmitido*”, a atribuição ao programa da mudança no cotidiano da comunidade. Do ponto de vista da teoria da vida cotidiana, quando se alcança a autonomia e a liberdade há a possibilidade de ruptura das amarras que estão presentes na particularidade. Entretanto, essa autonomia é limitada, pois sobressaem os discursos que remetem a um sentimento de privação e revelam um comportamento de controle marcado no próprio cotidiano que estabelece a supressão da liberdade.

A determinação social que se dá sobre as relações sociais do território, pode ser compreendida pela subjetividade dos adolescentes e pela condição de vulnerabilidade social que permite entender que tais condições se constituem em um processo histórico, social e cultural, determinados pelas relações estabelecidas no contexto público e privados.

Segundo Arendt (2008, p. 38) na esfera privada os indivíduos constantemente convivem com a desigualdade e a esfera pública constitui a condição natural para a liberdade, onde todos são iguais. Em consonância com essa compreensão, podemos inferir que, no território vulnerável, o tráfico de drogas é um movimento de regulação da esfera privada, caracterizado por um grupo dominante que interfere na dinâmica social do coletivo. Trata-se de um movimento contraditório, em que os próprios indivíduos que cessam sua liberdade de ir e vir são aqueles que a desejam.

Em contrapartida, a esse sentimento de privação de liberdade, um sujeito com liberdade vai ao encontro de um sujeito pacífico, influenciado nos processos de afirmação dos direitos, nos processos de construção de relações libertas da opressão, e se constitui sujeito de direitos humanos (CABONARI, 2015). Para Arendt (2005, p. 208) "Somente quando o quero e o posso coincidem a liberdade se consuma". Esse processo ocorre na construção de uma cultura pacífica, na qual prevalece o diálogo, a educação e o respeito, resultando em uma resolução eficaz dos conflitos.

Então, se antes ele era o “temido”, reconhecido só pelo ponto negativo, ele agora pode ser convocado inclusive pra estar de outro lugar naquela comunidade, então, apresentando rap, passando uma mensagem diferente e isso faz também uma transformação que não só ali pros envolvidos, para quem conhece aquele menino, mas assim, de um modo geral diz que é algo positivo naquela comunidade. (C1)

O projeto abrange mais do que o jovem do Fica Vivo, abrange um direito de liberdade dele de ir e vir e até mesmo permanecer dentro da comunidade. (O2)

Eu gosto do Fica Vivo, ele permitiu eu conseguir estudar de novo e também me ajudou a ser outra pessoa, a construir um novo caminho, a conhecer amigos que não querem me levar pro “movimento” eu não sei se teria outra oportunidade assim. (DP9)

O programa Fica Vivo é apresentado nos discursos como uma estratégia que possibilitou o ir e vir dentro da comunidade, promovendo a autonomia dos jovens para conduzirem as suas escolhas priorizando o direito à vida. A presença do Fica Vivo transmite ao jovem a sensação de liberdade dentro do território, pois é reconhecido como uma das poucas políticas que insere e reconhece esse jovem.

Podemos identificar também uma temporalidade nos processos discursivos que indicam o comportamento dos jovens, simulado desde um passado e reinterpretado para o presente a contar da participação no Fica Vivo.

Agora com o Tae-kwon-do eu não sou mais só aquele morador da favela, eu tenho algo a ensinar. (DP9)

Quando o adolescente veste a camisa do programa Fica Vivo, ele se torna neutro na comunidade. (O3)

Podemos identificar também a categoria discursiva chamada ‘diferenciação’. O texto distingue explicitamente um grupo de atores sociais de outro, criando a diferença entre os jovens antes do Fica Vivo e o jovem depois do Fica Vivo, ou o jovem fora do Fica Vivo e o jovem do Fica Vivo. Essa construção simbólica auxilia o modo de operação da ideologia

conhecido como ‘fragmentação’. A partir da estratégia descrita como o ‘expurgo do outro’, é desenvolvida a ideia de duas possibilidades opostas no cotidiano desse jovem.

Ao se referirem aos adolescentes do Fica Vivo, sobressai o uso do verbo "poder" para se remeter a capacidade e possibilidade destes sujeitos conquistarem seu direito de agir e decidir sobre suas vidas.

O objetivo do programa é mostrar pra esse jovem que ele **pode** ter poder, ele pode ter fama, ele **pode** ter interlocução com outras pessoas, ele **pode** ser líder, fora de uma cultura de violência. (C4)

porque o objetivo do programa é que se ele efetivamente passar um período frequentando essas oficinas, ele vai descobrir que ele **pode** dançar, que ele **pode** cantar, que ele **pode** tocar, que ele pode ser artista, que ele corta cabelo bem, que ele faz unha bem e aquilo vai descortinar um universo distinto da violência que ele tá acostumado a viver dentro desses territórios vulneráveis e aí ele vai ficar empoderado pra caminhar com as próprias pernas dele na estrada da cidadania. (C4)

Na análise do discurso, o uso do verbo “pode” está relacionado ao julgamento de quem fala sobre as probabilidades e obrigatoriedades do sujeito da frase. A modalidade, como categoria discursiva, é usada para entender as relações de poder que sustentam a construção dos discursos que, neste caso, é o Fica Vivo em relação ao jovem. Os discursos evidenciam também um dever de cada indivíduo emancipar-se, de modo que os jovens atuem de acordo com a própria razão (BRESOLI, 2013).

Heller (1976) afirma que o homem individual, mesmo sendo suscetível à manipulação social se desenvolve como indivíduo por ter sua liberdade e possibilidades de liberdade, o que lhe proporciona caminhos para desenvolver sua autonomia. Assim, a autonomia para os jovens é representada como a capacidade de serem donos de si, livres da dominação e das tensões que regem o cotidiano de um jovem em conflito com a lei.

[...] em termos radicais é quase que ensinar ao adolescente e ao jovem a administrar o envolvimento com a criminalidade de modo que ele não cometa homicídio e que ele não possa ser vítima, entende? (C2)

Porque se o adolescente jovem fizer uma escolha pra sair do tráfico, ótimo! É justamente isso, né? Mas se ele consegue se manter ali e não se colocando em risco, a gente já acha que já é uma alternativa. (C2)

ele não precisa fazer uma escolha por sair do tráfico, do crime, a gente vai tentar sensibiliza-lo para isso, vai tentar sensibilizar, geralmente, para ele retomar os vínculos muitas vezes familiares ou de acesso a alguma política, por exemplo, escolar, educação, saúde, o que for pra poder ver o que a gente consegue priorizar para que ele se vincule a outros espaços e retome mesmo o projeto de vida que, muitas vezes, fica muito fragilizado quando um projeto é só isso. (C1)

Os relatos representam o sentido da proteção social e o estímulo às escolhas do sujeito. O texto representa o discurso por meio dos trechos “*sensibilizá-lo*”, “*ensinar ao adolescente*”, “*não se colocando em risco*”, que marca a intenção do programa. Nestes discursos, os coordenadores fazem uso de uma ‘assimilação’ para dizer que o Fica Vivo desenvolve junto aos jovens o empoderamento e autonomia para que eles administrem suas escolhas.

Os achados revelam um discurso ideológico de garantir a paz por meio da conquista dos direitos sociais. Essa concepção se opõe à compreensão de que a retração dos direitos sociais é antagônica da cultura de paz.

Como eu vou falar de paz com o cara se ele não tem o que comer, onde ele mora é tudo precário, sabe?! Como se diz, o buraco é mais embaixo. (O2)

Se os jovens não tem acesso aos bens e serviços públicos eles não conseguem se desenvolver como cidadão. (C3)

Os resultados do estudo indicam o desafio de construir a construção da cultura de paz na vida cotidiana, a partir de um território vulnerável, marcado pela hegemonia do tráfico de drogas. A permissividade do movimento do tráfico institui nos territórios da favela a realidade de uma sociedade ausente da presença do Estado.

A presença do poder público nas periferias é insuficiente. Esse abandono agrava a segregação sócio-espacial e inviabiliza a garantia da dignidade da pessoa humana, ou seja, é reduzida a garantia de direito à intimidade, à privacidade, à saúde, ao bem-estar físico, mental e social, à educação e à segurança (MARRA; GONÇALVES, 2012).

O programa Fica Vivo é visto como uma possibilidade de expansão de direitos sociais. Há como proposta do programa, a articulação entre o Estado e sociedade para promover o acesso às outras políticas públicas, mas também para intervir na dinâmica social e submetida à liderança do tráfico.

Os participantes revelam que para além dos instrumentos, dos procedimentos, dos dispositivos de informação e de comunicação da gestão pública encontra-se um sistema de crenças que revelam um compromisso com a sociedade. Esse achado é evidenciado nas expressões “*promover acesso a direitos*”, “*favorecer acesso a políticas*”, “*direito a vida*”, enfatizados pelos entrevistados ao se referirem ao público afetado pela desigualdade social.

a gente vai favorecer o acesso a outras políticas, a gente vai favorecer essa circulação pelo território, apropriação cultural, artística, coisas que, às vezes, muitas as vezes essas comunidades, se tem, são muito fragilizadas em termos desses

espaços. Mas na maioria das vezes não tem, existe quase que uma desassistência, não tem essa oferta do estado ou do município na maioria das vezes, pode estar no entorno, próximo, nas imediações, mas como a gente tem alguma questão também financeira e uma dificuldade desse público de deslocar, nem sempre eles conseguem acessar. Então, o programa vai tentar promover acesso a direitos. (C1)

Com as oficinas o jovem vai ter mais acesso, mais oportunidade, por ser do Fica Vivo essas portas vão se abrindo. Ele antes era o jovem maconheiro, violento que nenhuma escola, nenhum posto queria. Ele era revoltado, isso revolta. (O1)

nas oficinas a gente nunca vai pensar apenas no ofício como parte daquela intervenção. Então, a proposta ali objetiva não é a gente formar um profissional na linha de cultura que tá sendo ministrada ali, mas que é, então, um espaço de intervenção e que ao mesmo tempo ele possa ter acesso à cultura e... à arte, à cultura e ao lazer, com o direito à vida ali. A gente também, ao mesmo tempo, vai estar inserindo eles em outras políticas públicas e também viabilizando e facilitando o acesso dele a outros direitos, direito ao lazer, à cultura, à sociabilidade, à participação social, enfim... (C3)

Contudo, identifica-se uma incoerência no discurso defendido e a na atuação, pois, a falta de recursos, acesso e oportunidades apontam uma atuação do Estado junto aos jovens de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que o Estado pode ser visto como um recurso para a proteção social, também é visto pela sua “ausência, ou mesmo pela sua ineficiência, à medida que não consegue satisfazer as necessidades básicas dos jovens atendidos” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 50).

O Estado organiza-se na esfera pública para atender as necessidades da população e um dos mecanismos utilizados são as políticas públicas. Entretanto, a proposta que as precede e legitima não garante, na plenitude, os direitos sociais. Diante disso, cabe à população se organizar e envolver-se ativamente como cidadãos, para assegurar à efetividade e legitimação das ações ofertadas. É nesse contexto que a cidadania deve ser vista como um meio de reivindicação na sociedade civil, para a garantia de direitos.

Não há como negar que a escassez de recursos efetivamente se apresenta como obstáculo à universalização dos direitos sociais. Entretanto, a argumentação do Estado diante dessa problemática é sustentada por uma teoria da reserva do possível. Ou seja, as políticas públicas dependem de recursos públicos, dessa forma apenas o legislador democraticamente legitimado possui competência para decidir sobre a afetação destes recursos, impossibilitando qualquer manifestação ou atividade de outro poder que interfira nessa atribuição. Então, por essa teoria, o Estado justifica a não realização de políticas públicas em razão de não possuir fundos suficientes, ou então, por alocar seus recursos em uma política, desconsiderando outra. No entanto, esta teoria, segundo Sarlet (2006), deve servir apenas como um parâmetro, fazendo uma ponderação dos danos e vantagens em prol da efetivação de certos direitos fundamentais e não como uma barreira ou um limite impossível de ser transposto. Contudo,

os participantes salientam que nem sempre essa a realidade que permeia o Programa Fica Vivo.

Você não pode pensar a política pública sem recurso, eu acho que todas as políticas públicas, como um todo, sofre com recursos, então, mudança de governo, essas coisas todas. (C3)

A política pública para o enfrentamento da criminalidade, né o Fica Vivo, ela ainda é afastada, tem pouca verba, pouco incentivo, mas que nesse momento dentro da comunidade ainda é muito. (O5)

Os relatos podem ser analisados também à luz da teoria da desorganização social tratada no referencial teórico desse estudo considera que o mau funcionamento estatal e a ineficiência do poder público para resolver as necessidades da sociedade predispõem que relações sociais debandem para o conflito e a violência.

Os coordenadores do estudo apontam diversas necessidades de acessos que os jovens carecem. Nesse sentido, em sociedades onde os recursos estatais não conseguem atender demandas da população, as interações sociais extra-estatais tornam-se gradualmente substitutas das funções estatais, formando a base para estratégias e ações de superação dos problemas daquelas sociedades (ABROMOVAY et al., 2002).

A paz, compreendida como ausência de conflito, não é por si só a salvação da humanidade, pois outros problemas terão de ser enfrentados, como o da justiça social, da liberdade, da fome, da superpopulação etc. (BOBBIO, 2003 p. 147). Dessa forma, a construção da paz não será o fim do processo, mas si integra a construção social, tendo como base os direitos fundamentais dos indivíduos.

Desse modo, a construção social parte, além da garantia dos seus direitos fundamentais, da ampliação do contato com as diferenças. Nesse sentido, o estímulo à diversidade é revelador da cultura de paz, como promotor da liberdade de expressão, da diversidade cultural e do fim da exclusão social.

Nas oficinas eu sempre trabalho a paz como o respeito ao próximo, o respeito as escolha que o cara fez sabe?! Muitas das vezes a galera vem com um preconceito, mas para se um cidadão de paz é preciso primeiro aceitar essas escolhas e aí sim o conflito vai diminuir. (O2)

Temos que falar primeiro do respeito as diversidades, do negro, da religião, a gente tem que falar sobre a homofobia e isso de certo modo vai atingir a paz. (C3)

Outros estudos também apontam o apoio à construção da paz e dos direitos humanos no Brasil, embora com caráter transversal, incorporados as temáticas de ética, orientação sexual, diversidade cultural e aspectos relacionados ao trabalho, apontando para uma

perspectiva de formação cidadã voltada para a vida democrática (NASCIMENTO, 2011; ALMEIDA, 2013).

A articulação dessa diversidade social contribui para a criação de significados em comum para a superação dos legados históricos opressores (SCHERER-WARREN, 1999). A incorporação da discussão sobre as diferenças e segmentos minoritários da sociedade caminha em direção à construção de uma identidade social. As redes de sujeitos sociais diversificados se articulam na luta contra a exclusão social, em diferentes dimensões, como gênero, etnia, pobreza, concretizando a conquista da cidadania e, por conseguinte à cultura de paz entre a sociedade.

A representação de vários níveis e valores sociais organiza-se na sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, manifestações simbólicas e pressões políticas em prol de um interesse comum (SCHERER-WARREN, 2006). Nesse sentido, apoderar-se de um coletivo para a busca de direitos e para resolução de conflitos permite aproximarmos de uma conquista democrática pelos direitos pertencentes à sociedade.

Um dos aspectos que se destacou na análise foi à proposta de mediação de conflitos. Essa abordagem é uma estratégia para o fortalecimento e promoção da cultura de paz, pois contribui na construção de um novo modelo comportamental pautado no diálogo, na não violência, na compreensão, transcendendo a prevenção das formas violentas de comportamentos. Os relatos retratam o uso da mediação como ação frente aos conflitos cotidianos.

Recentemente a gente fez uma festa no “x. A comunidade ficou espantada, porque antes terminavam as festas todas em tiroteio. E eu acho que o Fica Vivo tem feito essa parte e tem transmitido a paz, tem mostrado uma forma pros jovens articularem e mediarerem seus problemas, porque antes eles não circulavam na comunidade toda. (O1)

No momento quando é feito uma mediação de algum conflito, igual eu falei, a oficina intervém na hora que um conflito, uma briga, uma discussão acontece é um ponto, nas ações em que a gente pensa em fazer. Por exemplo, um projeto local, estou me lembrando de um projeto que aconteceu num município do interior, em que tinha uma questão de duas ruas e tudo quanto é política pública, tudo quanto é ação que acontecia, por exemplo, ia fazer uma festa junina, fazia na Rua A e fazia na Rua B, tinha que fazer sempre dois eventos porque os moradores, eles não transitavam. A diferença, assim, de uma rua pra outra já era assim. Então, para a gente não potencializar um conflito e não causar nenhum tipo de constrangimento para a política, era feito dessa forma. Numa das ações, das intervenções de um projeto local do programa “Fica Vivo”, estava acontecendo um torneio de futebol na rua, golzinho e aí a bola correu pro lado rival e aí o pessoal que tava ali, de uma forma muito natural convocaram, convidaram esses meninos pra se juntarem com os da outra rua e participar da ação. Então, é muito no sentido de tentar desconstruir isso que, às vezes, já tá naturalizado nos territórios sobre a violência. (C1)

Mas eu acho que o Fica Vivo consegue sim delimitar isso por causa que a gente consegue conversar com os jovens quando tão numa situação mais extrema, desde que a gente é permitido pelo jovem também, a gente consegue conversar com o jovem e, às vezes, sanar alguns conflitos e querendo ou não, essa cultura da paz, ela pode continuar a ser estabelecida de uma forma. (O2)

O diálogo é a base para a mediação de conflitos, pois possibilita novas formas de convenções sociais e respeito ao coletivo, passando assim a perpetuar a paz nos espaços de convívio social (CESCON; STECANELA, 2015). Essa compreensão é retratada pelos participantes do estudo.

A mediação tem se revelado um processo que valoriza a condição humana e que é capaz de impulsionar mudanças no cotidiano das relações sociais. Ela é vista como uma estratégia que resgata os laços sociais por meio da articulação das redes de solidariedade com os familiares, amigos e vizinhos. Esse processo incita a mobilização de uma rede de suporte afetivo e social nos momentos de crise que a comunidade enfrenta.

No Fica Vivo, o adolescente é colocado como o ator da mudança, e o educador como o mediador. Nesse caso, o educador por meio do encorajamento e do estímulo às competências instiga no jovem a consciência dos seus limites e potencialidades para enfrentar seus conflitos.

A todo o momento eu mostro pra eles que eles são capazes de resolver os problemas deles com diálogo e paciência, eu sei que não é fácil, inclusive para mim também. (O1)

O Fica Vivo trabalha muito dentro dessa possibilidade de mediação. Então, quando você tem o educador, o educador que fomenta a paz, que tá sempre ali resgatando valores, sempre ali falando: "ô, isso não é legal, não é legal você tratar seu amigo assim, não é legal você fazer assim". Então, você tá sempre ali trabalhando a cultura de paz. (O4)

A mediação de conflitos orienta as negociações para que se estabeleça uma comunicação cooperativa e respeitosa, substituindo a imposição e o uso da força. Por meio da mediação, os adolescentes podem aproximar dos seus direitos ao estarem em condições de entender, elaborar e resolver os próprios conflitos (VEZZULLA, 2010).

Os adolescentes atendidos pelo Fica Vivo, envolvido ou não em conflito com a lei, são sujeitos de direitos. Para estes jovens, a abordagem da mediação de conflito assegura o exercício do direito de ser escutado, atendido e compreendido, uma vez que, considera a realidade e as necessidades expressas no contexto local, configurando como uma abordagem que vai ao encontro da concepção de cultura de paz como prática à não violência ativa.

A prática da mediação é comum no âmbito jurídico e tem assumido espaço cada vez mais relevante na resolução de conflitos (SOUSA, 2004). Há um programa exclusivo para

mediação de conflitos dentro da política de prevenção a criminalidade. Vale destacar, entretanto, que a estratégia de mediação de conflitos no Fica Vivo parte de uma iniciativa espontânea dos oficinairos, de acreditarem na possibilidade de construção de uma cultura de paz, mediada pelo acesso a direitos, à justiça e às políticas públicas a partir da mediação.

Não tem como pensar em fazer o Fica Vivo, sem pensar em fazer mediação de conflitos, uma coisa precisa da outra. (O2)

Os oficinairos consideram a mediação de conflito como uma das principais ações, ultrapassando simplesmente a prática de um ofício. O oficinairo no seu cotidiano de trabalho, em sua maioria, assume a responsabilidade de fazer um intercâmbio entre os adolescentes e a equipe do Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC). O oficinairo estreita o elo entre o Estado e a comunidade em que vive, ele é um membro da comunidade, trabalha para o Estado e o representa diante da comunidade.

Essa teia de relações faz com que os oficinairos tenham diversos papéis, ora como “parceiro do jovem” promovendo o vínculo com o jovem, propondo a construção e reconstrução dos laços afetivos e fortalecendo o acesso as políticas públicas; ora como “parceiro do Estado”, na qual a vigilância e o controle para assegurar a ordem social são expectativas intrínsecas a função de um representante do Estado dentro da comunidade.

Então, assim, tem um processo formativo de discussão de casos, para compreender e problematizar as questões relativas á algum jovem específico ou a rede. (O1)

Pensando assim, o que seria um oficinairo, o que transmite um ofício? A gente tá um pouco mais do que isso, a gente tá na mediação de conflitos, a gente tá em encaminhar os jovens na situação de ameaça, de violência, a gente ta pra trocar uma ideia, sabe? (O2)

Pelas observações foi possível perceber a relação que era estabelecida entre os jovens e o oficinairo. Era evidente a confiança e a liberdade que cercava essa relação. Muitos jovens contavam relatos de sua vida pessoal e esperavam do oficinairo algum conselho ou ajuda para resolver problemas do dia-a-dia.

Os dados revelam até aqui a relação da garantia dos direitos fundamentais com a cultura de paz, o respeito à diversidade como valor e a mediação de conflitos como uma potente estratégia. Outro elemento que emergiu na análise dos dados foi à participação social, citada como uma diretriz que considera a vontade do jovem nos processos de decisórios do programa.

Os coordenadores relatam promover conferências, audiências públicas para a construção de coletivos em prol de uma ação transformadora e consciente entre os envolvidos na busca pela garantia dos seus direitos.

O meu trabalho, então, junto dos "oficineiros" é muito no sentido de estar próximo deles com um contato mais próximo do estado, pensando na escuta desse público e com o público a gente vai pensar na exceção deles em espaços de participação social, conferências, audiências públicas e em muitos momentos reunindo com grupos, pensando na formação política, na inserção deles em espaços como associações, como também o apoio na construção de coletivos (C3).

a participação social, a todo momento ela vai ser dar nesses espaço, ela orienta o programa.(C3)

Desde o início o programa conta com a participação de toda a comunidade, e é importante que todos estejam envolvidos, a gente sempre tenta incluir todos os jovens mesmo aqueles que não estão envolvido em conflito com a lei. (C1)

Há um estímulo para que a participação social aconteça por parte dos coordenadores do programa. Entretanto, não foram relatados, pelos jovens, expressões de participação social na busca efetiva dos seus direitos, o que nos indica que essa perspectiva ainda está no campo teórico que na prática.

A não expressão da participação social pelos jovens pode ser analisada, pelo desestímulo e descrença da população face aos poucos resultados positivos e à lentidão na resposta da administração frente às demandas dos setores mais carentes (JACOBI, 2002). Associa-se ainda a dependência da população em relação às autoridades para estruturar a dinâmica de funcionamento dos serviços públicos (NAVARRO, 1999).

Os achados indicam que a participação social ainda está presente apenas no espaço físico do programa não extrapolando suas reivindicações em outros espaços do campo social. Restringe-se ainda na conscientização dos sujeitos acerca dos direitos, mas não avança na luta pelos direitos nos espaços de reivindicação e voz da sociedade, embora seja dito pelos coordenadores que há esse investimento.

Ressalta se que o discurso de participação é um avanço no campo das políticas públicas, uma vez que, considera na sua descrição a construção coletiva da comunidade e do poder público para pensar a oferta de ações nos territórios. Nesse sentido, o Programa Fica Vivo tem se demonstrado uma proposta política próxima aos preceitos da promoção da saúde, uma vez que busca desenvolver ações de âmbito coletivo, fortalecendo a ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais e a participação social.

Os achados revelam uma noção ideológica de que o estudo, o trabalho e as oficinas do Fica Vivo são aspectos determinantes para o jovem sair da criminalidade. Essa consciência que é criada entre os agentes da macroestrutura, coordenadores e oficinairos, reproduz no cotidiano do jovem como uma prática hegemônica, na qual o jovem acredita que a saída para não ser estigmatizado como um jovem violento, seja vinculá-lo à essas condições.

Então, você não pode ficar tutelando esse jovem, dando emprego pra ele, não. Agora você vem por aqui, você vai por ali, porque o objetivo do programa é que se ele efetivamente passar um período frequentando essas oficinas, ele **vai descobrir** que ele pode dançar, que ele pode cantar. (C1)

A gente fala que ele tem que ir na oficina, mesmo que não seja para aprender um ofício. Mas isso, o fato dele praticar algo, de retornar para escola, **vai** ampliar as possibilidades desse sujeito. (C1)

A gente tem toda uma rede para esse adolescente acessar, além das oficinas e do apoio psicológico. Então esse adolescente ele **tem** que trabalhar, **tem** que estudar, **tem** que largar o tráfico, **tem** que se comportar na sociedade (C2)

A oficina é aberta, eles podem vir, é bem livre, não tem lista de frequência. [...] Eu falo com eles, vocês **tem que vir**, participar, porque isso vai mostrar pra sociedade que eles estão em um programa que vai fazer eles mudarem de vida, porque está difícil de ser aceito na sociedade, e com o programa eles vão ser mais bem vistos. (O2)

Os relatos expressam, a não tutela do jovem ao mesmo tempo em que revelam as expectativas que a sociedade deposita sobre ele como o emprego e a mudança de vida. Existe um discurso de disciplinar o jovem a seguir um comportamento frente à sociedade. Os verbos “ter” e “ir/vai” remetem, no aspecto discursivo, a uma modalização no sentido de indicar as condutas esperadas para o jovem.

No discurso dos coordenadores e dos oficinairos, o jovem envolvido com a criminalidade é representada como um sujeito com direitos e liberdades fundamentais. Entretanto, esse mesmo discurso é permeado de contradições, pois o mesmo agente que defende a liberdade de escolha estabelece ao jovem novos modos de agir diante da sociedade, operando assim como uma forma de controle social, uma vez que atua de forma ideológica na reprodução de valores hegemônicos.

Esse elemento pode ser interpretado à luz das discussões produzidas por Gramsci (1971) que destaca que a ideologia ao mesmo tempo em que está fundamentada nas posições de classe é também percebida como relação de poder. Nesse sentido os coordenadores e oficinairos do Fica Vivo representam o Estado. O Estado é sempre da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, meios de oprimir e explorar a classe dominada (ULIÂNNOV, 2009).

Assim, o sistema de normas e condutas que é determinado aos jovens do programa funciona como um instrumento de coesão social, ou seja, cria-se por sua vez, a ideia de uma sociedade organizada, com laços estáveis, que operam como uma rede de ações governamentais, instrumentos legais e políticas sociais que controlam a sociedade (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2007, p. 23).

As definições do Estado afetam a esfera privada, os laços familiares e os aspectos da vida social e cultural (LAGOS, 2008). Lefebvre (1981) acrescenta que o Estado Moderno gere o cotidiano direta ou indiretamente: diretamente pelos regulamentos e leis, pelas proibições, pela fiscalização, pelos aparelhos da Justiça e indiretamente pela orientação da mídia, pelo controle das informações. Nesse campo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado pelo Estado e pelo capitalismo que direciona as ações e produções do homem na sua cotidianidade com um simples propósito, a produtividade.

A proposta do Programa Fica Vivo é determinada pelo discurso ideológico e hegemônico, que busca moldar novos modos de agir desses jovens, regidos pelo trabalho e estudo como alternativas para a incorporação de valores sociais e ruptura de estigma para a sociedade.

Nessa perspectiva, um estudo sobre programas sociais que atuam na redução da violência, defende o monitoramento das pessoas com recursos que lhes permitam o exercício da cidadania e da justiça social, alinhado à construção coletiva de valores fundamentais inscritos no cotidiano das relações sociais. A defesa por essa perspectiva é por acreditar em uma rede de pertencimento na qual elas se reconheçam e na qual elas possam construir projetos futuros (NUNES, 2005).

Os achados retratam os sentidos da cultura de paz que competem a macro estrutura social o seu fortalecimento. É evidente o avanço do programa Fica Vivo, enquanto estratégia dentro de uma política pública de criminalidade que avança para assegurar a garantia dos direitos fundamentais ao público jovem vulnerável.

6.2 Sentidos da cultura de paz na vida cotidiana

No âmbito da micro estrutura a construção da cultura de paz é determinada por um sistema subjetivo de valores e crenças que a população atribui ao conceito de paz e a contribuição que este sentido é tratado no dia a dia das pessoas.

Nesta compreensão articulam se os conceitos da teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. Para a autora, a vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a

reprodução dos indivíduos, pois, para reproduzir a sociedade, é necessário que os indivíduos se reproduzam a si mesmos como indivíduos (HELLER, 1994).

A construção da paz na sociedade é mediada por incentivos de diversos aparelhos sociais (escola, igreja, família). Segundo Heller (1994) não existe apropriação que não seja mediada, direta ou indiretamente, por outro indivíduo. Esse processo pressupõe, por sua vez, a apropriação de certas relações sociais, bem como a apropriação da linguagem como forma básica de comunicação ou intercâmbio entre os indivíduos de um determinado grupo.

O conceito de cultura de paz possui um elemento sistêmico, indicando que o sujeito social deve ser reconstruído, tratando-se, portanto, de uma ampla visão de paz que abrange elementos relativos tanto a singularidade quanto a coletividade (GUIMARÃES, 2005).

Nesse sentido os jovens apresentam discursos que podem ser analisados como: *qualidade de vida, felicidade e bem estar, segurança e proteção*, como aspectos vividos na singularidade. Na dimensão coletiva da vida social destaca-se, *incorporação de valores sociais, capacidade de continuidade das rotinas diárias*. Os sentidos apreendidos de cultura de paz para os adolescentes retratam uma historicidade que influenciam a construção simbólica desses significados.

Os achados revelam a busca pela paz atrelada à obtenção de símbolos/coisas materiais que supram um sentimento de insatisfação, em uma busca constante por felicidade. Os participantes, ligado a esse sentimento de insatisfação, buscam pela paz como condição para se ter uma qualidade de vida. Os jovens referem-se ao reconhecimento de que a paz produz a qualidade de vida nos aspectos físico, psicológico e social.

E queria uma casa, um trabalho, o meu filho de volta, ai sim eu iria construir a minha paz. (DP7)

Ter paz é ter qualidade de vida, e ter qualidade de vida é estar em paz consigo mesmo. (DP1)

A paz existe quando não tem nenhum problema a ser enfrentado, e eu falo problema de tudo, inclusive de emprego, escola. (DP6)

Às vezes a gente pede tanta coisa para Deus, mas o que realmente importa é a sensação de bem estar, e é essa sensação de paz que falta em mim (DP9)

O desejo de estar bem consigo mesmo, associado ao suprimento das necessidades sociais básicas, é a dimensão subjetiva pela qual os jovens relaciona a conquista da paz. Os discursos dos adolescentes retratam a paz do bem-estar social, a qual consiste não apenas na

manutenção da vida, mas da vida mais agradável possível. Esse achado também foi relatado em outro estudo (FERRAZ JR., 2008, p. 45-46) que discuti a paz como bem estar social.

As dimensões de bem-estar social são elementos conquistados a partir da qualidade de vida (JUNQUEIRA, 2004). A qualidade de vida é descrita como um constructo que engloba componentes do bemestar e funções físicas, emocionais, mentais, sociais e comportamentais. Sua materialidade demanda uma visão integrada dos problemas sociais, considerando o cidadão na sua totalidade. Uma vida com qualidade diz respeito a uma vida digna, que não mais é que um direito dos cidadãos (JUNQUEIRA, 2004).

Ressalta-se que qualidade de vida e felicidade estão relacionados diretamente com saúde (SHIRI, 2016). As pessoas que não se consideram felizes tendem a se tornar vulneráveis. A vulnerabilidade, tratada no capítulo anterior, contribuí para a instalação de um contexto de desigualdades sociais que poderão influenciar ou não o percurso do jovem. Não há como assegurarmos a felicidade às pessoas, se as mesmas se encontram permeada em um contexto vulnerabilidade social.

Ainda na perspectiva da paz, sentida de modo individual, no “Eu”, identifica-se nos discursos a relação da paz como proteção e segurança.

Primeiramente paz pra mim é um sentimento, que causa tranquilidade, sossego, alegria. A paz representa tudo aquilo que almejamos ter, tudo que necessitamos ter (DP6)

Ela é apenas momentos que você se sente seguro, o que é uma coisa ótima, mas sempre tem algo que vai deixar você perturbado (DP2)

A sensação de segurança é produto da mediação subjetiva operada pelo sujeito posto em contato com os eventos e processos que caracterizam proteção dentro de um contexto específico em que ele está inserido (FARIAS, 2001). A segurança é uma experiência subjetiva que reflete a interação entre o conjunto de características particulares de cada sujeito (socioculturais, econômicas, psicológicas etc.) e um dado contexto (FARIAS, 2001). Dessa forma, há uma subjetividade relacionada à cultura de paz, que permite com que cada indivíduo signifique e esboce a paz em seu discurso de acordo com o seu contexto.

Ainda na dimensão da paz como singularidade, a espiritualidade apresenta-se como um elemento para alcançar a paz. Os participantes relatam Deus, como o principal promotor da paz e, conseqüentemente, da melhora da vida e do estado emocional. Segundo Panziniet al. (2007), espiritualidade envolve questões quanto ao significado da vida e à razão de viver. Nesse sentido os jovens acreditam que a aproximação com Deus traz uma sensação bem-estar e paz interior.

Paz pra mim é ter tranquilidade, acordar e ver minha filha, ir trabalhar e ter a certeza que isso dará um futuro bom para ela, é saber que Deus está do meu lado" (DP5)

Eu peço a Deus paz todo dia, no meu trabalho e pra minha família (DP3)

Em paz eu me deito e logo pego no sono, porque só tu senhor me faz repousar seguro (salmo 4:8)(DP2)

No excerto do participante DP2 observa-se a intertextualidade do discurso, ao usar a citação bíblica para discorrer sobre a reflexão nos diários dos participantes. O salmo revela novamente a relação de paz e segurança. A palavra paz também foi compreendida como sensação de quietude e tranquilidade, como estado de espírito alcançado pela fé e crença em Deus, no estudo de Flecket al. (2003).

Os achados permitem analisar que existe uma noção de paz individual e intrínseca aos sentimentos que regem os sujeitos, e que também existe uma noção de paz que é expressa coletivamente, como um desejo universal que perpassa todas as nações e comunidades e também nas expressões de paz que afetam um coletivo.

A noção de paz para um coletivo é evidenciada na incorporação de novos valores, a partir das oficinas do Fica Vivo. O Tae-kwon-do, oficina observada, representa para eles mais que mudanças de comportamento, repercutindo em valores no cotidiano. Desse modo, o jovem vai compreendendo novas formas de lidar com o outro, por meio do respeito e do diálogo.

De um modo geral, as oficinas do Fica Vivo, seja ela de dança, rap, luta ou futebol, representam importantes manifestações culturais ligadas a valores, modos de fazer, representações corporais e crenças. A apropriação dessas atividades como forma de alcançar um estado de paz e reduzir o uso da violência como forma de resolução de conflitos pressupõe um recurso valioso para a promoção de atitudes solidárias, e de respeito ao outro no cotidiano (CASTRO, 2001). Além disso, as oficinas artísticas, esportivas, etc. podem despertar nos jovens uma consciência crítica acerca de seus direitos e deveres, além de produzir formas criativas de conquistar a cidadania. (NUNES, 2005).

Pelas observações foi possível perceber a relação que os jovens tinham com a prática do Tae-kwon-do. Eles demonstravam satisfação e entusiasmo na realização da luta. Ademais, aquele espaço representava um momento de socialização, no qual os jovens conversavam e trocavam experiências sobre a prática, mas, sobretudo em relação às inquietações que acompanham a juventude como, emprego, namoros e família.

Para os jovens, o Tae-kwon-do é uma prática que resgata sentidos como, disciplina, respeito e equilíbrio, ao mesmo tempo em que exalta ações afirmativas na direção da

conquista de espaços na sociedade. A principal mensagem é de uma afirmação do grupo pela solidariedade, e não pela violência:

O Tae-kwon-do mudou a minha vida, eu era muito estourada, agora eu consigo conversar com as pessoas sem perder a cabeça, **a gente aprende** a respeitar o outro e a entender o outro (DP2)

A luta ela te mostra que **você pode** alcançar seus objetivos com determinação e força de vontade (DP9)

Bom, tem um modo de conversar com as pessoas, **você aprende** muita coisa que você não aprenderia com outros projetos, que no caso, amizade, aqui todo mundo, tipo, tem amizade. E começa a conversar com pessoas que você, vamos supor, imagina que você nunca conversaria, aí você descobre que a pessoa não é aquilo que você imaginava, você pode levar pro seu dia a dia um ensinamento que você aprende aqui. (DP1)

Os jovens se apropriam do saber cotidiano do Tae-kwon-do para viver em um contexto e um cenário determinado. Nessa nova prática cotidiana, os jovens eliminam aqueles saberes que não condizem com a nova prática social, e incorporam novos conhecimentos. Dessa forma, como cada indivíduo tem de se apropriar do que pertence ao gênero humano, sendo esta apropriação livre e consciente, a cultura de paz tem de ser apropriada para ser objetivada. Essa apropriação ocorre por meio das relações sociais, como resultados da atividade social, exigida pela vivência dos indivíduos no contexto social de que fazem parte (HELLER, 2004).

Os achados indicam que o Fica Vivo representa um aparelho social capaz de promover mudanças no cotidiano. As oficinas do programa são incorporadas na vida cotidiana, pois há uma contiguidade dos gestos e ritos praticados na oficina dos jovens. Estes consideram os valores apreendidos na oficina como algo intrínseco à rotina. Heller (2004) considera que é no cotidiano que o homem se constitui nesse sentido quando há a incorporação de algum aprendizado de modo automático da vida das pessoas, pode se afirmar que esse novo modo de agir compõe a identidade do sujeito.

O Tae-kwon-do me ensinou a ter paz, e hoje eu não consigo fazer nada sem pensar antes, sem pensar que o outro na minha frente é um ser que sente também. (DP4)

Todo dia de manhã e avalio meu dia, vejo minhas prioridades e resolvo meus problemas com muita tranquilidade, sem stress, correria. (DP3)

Alguns participantes mencionaram o juramento do Tae-kwon-do como uma estratégia de promover a paz nos seus dias. No juramento do Tae-kwon-do, os valores defendidos se assemelham as concepções de cultura de paz. O respeito, a liberdade e a justiça, são os

elementos que norteiam a prática e que se incorporadas na cotidianidade, transformam os modos de viver das pessoas.

Aí começa o juramento: eu prometo respeitar meus pais e minhas leis, obedecer os princípios do Tae-kwon-do, respeitar meu instrutor e meus colegas, nunca fazer mal-uso do Tae-kwon-do, construir um mundo mais pacífico, ser campeão da liberdade e da justiça. (DP1)

Discursivamente chama a atenção os verbos utilizados “*respeitar, obedecer, fazer, construir e ser*”. A escolha desses verbos sinaliza para uma mudança social, a partir da disciplina e da modalização de modos de agir frente ao coletivo.

A maioria dos jovens atribui a construção da paz à importância de desenvolver as atividades do dia a dia e associam o Fica Vivo a essa construção. Os entrevistados relatam que “aprendem” a se sentir pacíficos quando participam das oficinas por desenvolverem habilidades que possibilitam manter o foco, a disciplina, a atenção, a autonomia e o respeito ao próximo.

O Tae-kwon-do ensina a gente a **ter disciplina, a respeitar o outro**, e isso permite sermos mais serenos e tranquilos para enfrentar algum stress ou conflito. (DP1)

Hoje eu sou bem mais confiante, **hoje eu acredito que eu posso** conquistar as coisas por um caminho certo, e o Tae-kwon-do é fundamental para isso. (DP4)

Estar no **caminho do senhor**, estar bem com minha família, treinar e me exercitar me traz paz. (DP6)

Nos discursos analisados, o passado é relacionado com menores possibilidades de oportunidade e, portanto, com maiores expressões de exclusão social. Essa relação separa temporalmente o “antes” da inserção no Tae-kwon-do, quando os jovens não acreditavam em possibilidades e opções de trabalho, lazer e amigos e o “após” a inserção nas oficinas, quando essas possibilidades começaram de fato a se tornar reais.

Contudo, há que se problematizar também o Fica Vivo como um dispositivo para modelar os comportamentos dos jovens como demonstrado nos trechos “*o Tae-kwon-do ensina a gente a ter disciplina, a respeitar o outro*”. Essa noção retrata um conceito de docilização dos corpos que é construída em cima de um controle estatal sobre os jovens envolvidos ou não com a criminalidade.

Foucault (2005a) descreve como dócil aquele corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Nesse sentido, as diversas

manifestações de promover uma mudança no comportamento dos jovens, retratam uma introjeção de um modo de ser adequado aos preceitos da sociedade.

Para Foucault (2005b), a punição e a vigilância são mecanismos de poder utilizados para docilizar e adestrar as pessoas para que essas se ajustem às normas estabelecidas nas instituições. Podemos inferir que todas as interdições e prescrições feitas pelo programa, seja no ponto de vista de ocupar o jovem, proteger o jovem e estimular ao jovem novas escolhas de vida, são propostas que caminham para uma aposta moral que o programa estabelece a esses jovens.

Foucault (2006) descreve o código moral como resultado do conjunto de aparelhos prescritivos e também um jogo complexo de elementos que se compensam e se anulam, permitindo compromissos e escapatórias. No programa Fica Vivo, as propostas que orientam as oficinas são regidas por um código moral, que atua como uma tecnologia de poder que incide sobre os corpos dos indivíduos, controlando seus gestos, suas atividades, sua aprendizagem e sua vida cotidiana. O jovem vulnerável é aquele predisposto a determinados comportamentos de risco e, portanto, um sujeito que deve ser vigiado e modelado dentro de determinados códigos morais.

Por sua vez, o jovem do Fica Vivo, é um sujeito moral. Os jovens “se conduzem” moralmente, de diferentes maneiras, em sua essência enquanto sujeito, predominando o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores propostos pelo código moral. Não há como desvincular o sujeito moral de sua historicidade, uma vez que os indivíduos são reflexos dos seus coletivos. Desde o início até o fim de sua vida, os indivíduos estreitam a comunicação com outros homens, com uma comunidade, com uma sociedade à qual se vinculam o que implica a determinação sócio histórica desses indivíduos. Esse elo se dá, pois o indivíduo é um ser genérico, produto e expressão de suas relações sociais (HELLER, 1994).

O caráter genérico dos homens impõe, contraditoriamente, o desafio de conquistar a autonomia e a liberdade em contexto de privação de oportunidades. Esse aspecto se relaciona ao conceito de “liberdade negativa” que relaciona a interferência de outros sujeitos ou ideologias na possibilidade dos homens fazerem ou ser o que desejam (RAMOS, 2011; BERLIN, 2002). Assim, a dimensão da liberdade e a autonomia individual são garantidas na medida em que o indivíduo não sofre interferência, ou coerção de outrem que delimita e determina os modos de vida e as condições sociais das pessoas. Podemos considerar, então, como interdições para a autonomia e liberdade a retração dos direitos sociais, mas também a opressão em relação às escolhas dos jovens.

Com essa compreensão, Berlin (2002) afirma que, quanto maior a área de não interferência, mais ampla a liberdade dos indivíduos para realizar as escolhas. Neste sentido, podemos analisar o sentido do Programa Fica Vivo na produção de áreas de não-interferência ou seja, de criação de mecanismos cotidianos que permitam aos jovens expressar e levar à cabo suas escolhas.

O jovem atendido pelo Fica Vivo, se constituirá de uma maneira ativa por meio das suas escolhas, as quais não são por si só inventadas pelo próprio indivíduo, mas são esquemas que ele encontra em sua cultura, que lhe são propostos e impostos por esta. Nesse sentido, por mais que haja interdições e prescrições em cima desses jovens, esses jovens são constituídos por elementos que constroem a sua particularidade.

Os estudos sobre cotidianidade e não cotidianidade, de Agnes Heller, permitem uma reflexão acerca do Tae-kwon-do na vida dos adolescentes. A prática do Tae-kwon-do assume o papel de cotidianidade, como espaço de satisfação das necessidades essenciais do indivíduo, vinculadas as motivações particulares dos jovens, sejam elas para prática de um esporte, socialização, emagrecimento. Por sua vez, o Tae-kwon-do também assume o papel da não cotidianidade. As práticas não-cotidianas são determinadas por motivações genéricas, isto é, são vistas como uma transformação na vida cotidiana. Dessa forma a prática de atividade física seja ela para melhorar a qualidade de vida ou para reinserir o jovem envolvido na criminalidade é tida como fundamentais para a formação dos jovens como um sujeito social.

Para Paulo Netto e Carvalho (2011), as determinações da cotidianidade fazem com que todo e cada indivíduo só se percebam como ser singular, a dimensão genérica ou do humano genérico aparece depreciada na vida cotidiana. Heller (2004) acrescenta que para superar essa singularidade é preciso romper a cotidianidade, ou seja, um projeto, um ideal, é capaz de unir forças de modo homogêneo para superar a cotidianidade, e assim ocorrer mudanças. No estudo, a aproximação dos jovens com as oficinas, promove esse rompimento do cotidiano, não simplesmente como uma ‘alteração na rotina’, mas possibilitando realmente uma mudança substancial, na qual à incorporação de novos modos de viver e agir diante da sociedade.

Sobressai entre os participantes, o discurso de paz como ausência de violência. Esse discurso reforça a contradição presente na sociedade, onde a premissa da paz é um ideário comum a todos, entretanto a intolerância ainda orienta as relações presentes na sociedade. O antagonismo paz *versus* violência constitui o discurso dos participantes.

A paz representa um dia feliz, sem violência, sem assaltos, mortes, dias nos quais a população possa sair tranquila nas ruas. (DP7)

Eu até tento construir a paz no meu dia a dia, mas no meu trabalho é difícil, é muito falta de educação, tem gente que chega aqui no ônibus, não paga passagem, faz a maior zona, então é impossível sabe (DP4)

Nesses discursos, chama atenção a preposição de modo ou oposição “sem”, que indica o antagonismo da paz *versus* violência. No segundo discurso “*é impossível*” remete à ideia de algo distante e inalcançável.

Esse sentido que referencia a paz como algo distante, desconhecido ou inalcançável, retrata o sentido do jovem polarizar a paz e a violência, acreditando que há uma distância imensurável para se alcançar a paz. Devido ao contexto histórico, de injustiça e ineficiência do Estado, cada vez mais as pessoas não se assemelham à paz como algo a ser incorporado no seu dia a dia. Além disso, por se tratarem de jovens residentes em áreas violentas, a não experimentação da paz da comunidade, impede esses jovens de acreditarem na sua possibilidade.

Essa descrença da paz como algo possível, pode ser evidenciada também na dificuldade que os jovens apresentaram para discorrer sobre “como você constrói a paz no seu dia adia”. De fato, se pensarmos que esses jovens vivem em um contexto violento, em uma sociedade de espetacularização da violência, pensar em construir a paz pode parecer algo utópico e inimaginável.

Não sei ao certo descrever esta pergunta, mas pelo que sei a paz é construída num simples gesto, no seu agir com o seu próximo, por incrível que pareça até no seu pensar, na sua relação com Deus (DP3)

Eu nunca pensei especificamente sobre isso. Eu acho que de 100 pessoas que se fossemos fazer essa pergunta, duas ou uma saberia, ou talvez nenhuma pense na construção da paz. (DP4)

Eu não sei se existe essa tal paz, pode existir alguns momentos, mas que logo serão apagados (DP2)

A construção da cultura de paz é um processo contínuo que acontece em um conflito em curso (CHAITIN, 2014). Nesse sentido, Bobbio objetiva pensar a paz, não como suspiros entre guerras, mas como condições permanentes de solução de conflitos que não tenham a via armada como opção, e sim pelas possibilidades de construção da paz perpétua, no sentido kantiano.

A cultura de paz está longe de ser uma preocupação apenas individual, pois implica numa gravidade social, política e econômica que aponta para a necessidade de discussão no

campo macroestrutural. Na macroestrutura encontram-se as ações governamentais que visam coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados, conforme Bucci (2002). Nesse sentido, não se pode pensar em promover a cultura de paz no nível microssocial sem pensarmos em políticas públicas que orientem a condução das pessoas nas suas cotidianidades.

Acredita-se que as ações que acontecem no campo microssocial da vida cotidiana são fundamentais para construir o ser particular e o ser genérico. A relação que os indivíduos estabelecem com as práticas cotidianas são critérios determinantes para que as capacidades pessoais se elevem ao nível do humano-genérico, isto é, da “genericidade”.

A paz como cultura, que propõe reorientar os modos de agir, ainda é uma imagem-objeto com desafios para ser alcançada. Esses desafios fazem parte do contexto em que esses jovens estão inseridos tais como a desigualdade social, a ausência do poder público, os preconceitos, estigmas marcando uma desorganização social que influencia a vida cotidiana dos indivíduos, constringindo o ser particular de se constituir como um ser genérico.

Nesse estudo, identificamos diversas ações cotidianas que os indivíduos realizam para construir a paz como, praticar a oficina de Tae-kwon-do, estar em contato com Deus, estar com a família e amigos e buscar cotidianamente a qualidade de vida e a garantia dos seus direitos sociais. Essas buscas são fundamentais para que o indivíduo transcenda da alienação, enquanto ser particular, para um ser genérico, que busca a crítica e a superação as condições sociais que lhe são impostas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este estudo, retomo o pressuposto formulado no início da pesquisa, e posso confirmar que as definições macroestruturais nem sempre convergem com as práticas construídas na vida cotidiana. Percebe-se que há uma convergência no entendimento das necessidades sociais e da construção da cultura de paz. As ações construídas no cotidiano para construir a cultura de paz buscam garantir os mesmos valores que o Estado propõe e defende. Entretanto, as dificuldades enfrentadas pela implementação das políticas e o grande campo implícito nos sentidos cotidianos desafiam a relação entre as duas dimensões para o alcance da paz.

Os programas que atuam na prevenção da violência e promoção da cultura de paz são constituídos por discursos que representam o jovem como um ser histórico marcado por vulnerabilidades que determinam a construção da cultura de paz no seu cotidiano. Textualmente os programas incorporam princípios da cultura de paz tais como promoção da liberdade de expressão e diversidade cultural; promoção do fim da exclusão, injustiça e opressão político-econômica; promoção da prática a não violência; promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Os princípios são legitimados na prática do Programa Fica Vivo, analisado em profundidade, incluindo a concepção de promoção do desenvolvimento que respeite todas as formas de vida.

Os resultados da pesquisa indicam que o Fica Vivo têm uma atuação importante na microestrutura. As oficinas produzem junto aos jovens a mudança de valores e comportamentos, direcionando a resolução de conflitos a partir dos valores da cultura de paz. O respeito ao próximo e a tolerância são os valores incorporados no discurso dos jovens. Entretanto, ainda há um contexto social, permeado de desigualdades sociais e cenas de violência que produzem ao jovem a descrença na paz como possível.

Fica marcada uma mudança na vida destes jovens, nas atividades que antes eram denominadas de “movimento” relacionadas ao tráfico de drogas e no lugar social desses sujeitos determinados pela criminalidade. Há uma comparação entre o cotidiano de “antes” do Fica Vivo e o cotidiano do presente. A incorporação de novas formas de socialização é reconhecida como um marco desta ruptura na vida cotidiana.

Contudo, na prática há várias contradições que atravessam o cotidiano de um programa que propõe a contribuir para construção da cultura de paz. Destaca-se que a violência é parte do contexto social no qual os programas de cultura de paz são pensados e implementados. Esse contexto é representado pelos altos índices de criminalidade e, em

consequência, a redução da violência é apontada como finalidade do programa, atuando junto à população de alto risco em homicídios, aos jovens provenientes de famílias com baixa renda, moradores de área de periferia em processos de precarização dos seus laços sociais. Reproduz-se as mesmas características de uma política focalizada, o que é insuficiente no ponto de vista da conquista da igualdade de direitos e da ruptura do estigma e preconceito. A focalização da política é determinada pela reprodução do discurso da mídia e da sociedade sobre a população jovem, negra e pobre do Brasil.

Os resultados indicam ainda que o incentivo à autonomia e a liberdade dos jovens, em especial no direito de ir e vir confrontam com um discurso disciplinar sobre o jovem representado por modalizações no sentido de indicar as condutas esperadas para o jovem. Apesar disso, o jovem é entendido como um sujeito com liberdades fundamentais, para o qual a inserção no Fica Vivo é uma oportunidade de ampliar a garantia dos direitos sociais.

Assim, a proposta do Programa Fica Vivo é determinada pelo discurso ideológico e hegemônico, que busca moldar novos modos de agir desses jovens, regidos pelo trabalho e estudo como alternativas para a incorporação de valores sociais e ruptura de estigma social.

A mediação de conflitos é apresentada como uma importante estratégia para a construção de cultura de paz. Há que se considerar esta estratégia está no intermédio entre a prevenção da violência, a não-violência e a cultura de paz. É, portanto, um indicativo de que o Programa, mesmo com o desafio de atingir uma nova cultura/sociabilidade contribui para superar os limites da prevenção da violência.

Para além das evidências empíricas, o estudo permitiu muitas reflexões. Muito embora exista uma cultura que defende a paz nas relações sociais do cotidiano, é preciso salientar a constituição de práticas contraditórias nesse espaço. Há narrativas pessoais de trauma em relação a conflitos e ao contexto de violência que produz discursos firmados no ódio e no medo que podem obstruir a construção da paz. Mas, há também discursos que encorajam a paz e a reconciliação.

No entanto, pensar o cotidiano a partir de uma mudança cultural que fortaleça a paz nas relações humanas, implica descobrir o incomum no repetido. É descobrir que a essência do cotidiano está no não-cotidiano e que a incorporação de uma nova forma de pensar e agir entre as pessoas parte inicialmente da ruptura das amarras do cotidiano. É claro, que os processos de superação de determinada cotidianidade não é contínuo, por isso a necessidade constante de políticas públicas que fortaleçam essas mudanças.

A incorporação da cultura de paz como algo palpável e possível, ainda apresenta desafios subjacentes à garantia dos direitos fundamentais. A mídia por ser um mecanismo de

formação de opiniões, ainda contribui para a reprodução de preconceitos e paradigmas, que são alimentos fundamentais para a permanência da violência na sociedade.

Embora haja uma relevância na implementação de programas de prevenção à violência, ainda persistem lacunas quanto ao avanço em uma perspectiva de adotar à Cultura de Paz para o enfrentamento da violência. Práticas que fortaleçam uma cultura de respeito aos direitos humanos e as diversidades e que operem na mudança de paradigmas da violência, avançam na conquista da democracia, na resolução eficaz dos conflitos e na construção da cidadania.

Ademais foi possível analisar que a paz ainda não é reconhecida como direito, embora, as diversas manifestações e eventos violentos sejam criticados e repudiados. O discurso de construção da paz ainda se encontra no campo do imaginário e do imensurável, mas apresenta sinais de superação quando associado à conquista da cidadania e a resolução pacífica dos conflitos cotidianos.

Reconhece-se como limite do estudo o recorte temporal de um cenário delimitado e sob o olhar de uma pesquisadora. Foi um desafio a utilização do diário do participante, que requer uma elaboração dos jovens sobre suas vivências cotidianas que se mostraram com pouca espontaneidade.

Acredita-se que este estudo possibilitou a ampliação da discussão sobre a cultura de paz na literatura, demonstrando a importância das definições macroestruturais para sustentar a implementação de políticas públicas que condizem com as necessidades e anseios da sociedade. Destaca-se a importância do jovem como transformador de paradigmas e por isso torna-se fundamental o investimento em políticas públicas que centrem neste público, não como alvo, mas como ator social.

Esta dissertação demonstrou que ainda há muito a ser investigado quanto à promoção da cultura de paz e a prevenção da violência. Os resultados do estudo servem também como um convite para outras pesquisas: Cultura de paz é papel de qual setor? Como superar as contradições nos discursos e na prática de quem busca promover a paz? Cultura de paz e contextos de vulnerabilidades seria diferente se não houve vulnerabilidades? Estes são alguns questionamentos para futuras pesquisas, que assim como esta, poderão contribuir para a mudança social.

Finalizo a dissertação na luta, no sentido pacífico, por uma cultura de paz e na certeza que a mudança da sociedade é possível, pois, de acordo com Karl Marx: “as ideias nada podem realizar. Para realizar as ideias são necessários homens que ponham a funcionar uma força prática”.

REFERÊNCIAS

- ABROMOVAY, Mirian et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2002.
- ADORNO, Sérgio. “Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal”. In: SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: _____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 21-30
- AKERMAN, M.; NADANOVSKY, P. Avaliação dos serviços de saúde: avaliar o quê? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 361-365, 1992.
- ALMEIDA, H. N.; ALBUQUERQUE, C. P.; SANTOS, C. C. Culture of peace and social mediation. Foundations for building more just and participatory society. **Mediaciones Sociales**, Madrid, n. 12, p. 132-157, 2013.
- ALMEIDA, M. G. B. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- ALVES, M. C. **Mobilização comunitária e prevenção social do crime: uma análise da participação comunitária no Projeto Fica Vivo no Morro das Pedras**. Belo Horizonte, 2004.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005
- ARENDT, H. **A condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- BAIERL, L. F. Medo social: dilemas cotidianos. **Revista Ponto-e-vírgula**, São Paulo, v. 3, p. 138-151, 2008.
- BASTOS, P. C. **Juventude e participação: análise das políticas públicas municipais dirigidas aos jovens na cidade de Niterói**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt03/p033.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- BEATO, C. C. **Compreendendo e Avaliando Projetos e Programas de Segurança Pública**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- BEATO, C. C.; PEIXOTO, B. T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004.
- BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. In: BERLIN, I.; HARDY, H.; HAUSHEER, R. (Ed.), **Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 226-272.
- BIROLLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, v. 6, p. 71-98.
- BOBBIO, N. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: Unesp, 2003.

- BOVE, Laurent. **Espinosa e a psicologia social. Ensaio de ontologia política e antropogênese.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
- _____. Ministério da Saúde. **Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Bogotá.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- _____. Ministério da Saúde. O Sistema de Informações sobre Mortalidade. Brasília: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), 2012.
- _____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- _____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006.** Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, 2015.
- _____. Ministério da Saúde. **Por uma cultura de paz, promoção da saúde e prevenção da violência. Brasília:** Brasília: Ministério da Saúde, 2009a.
- _____. **Segurança na escola.** Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2009b.
- BRESOLIN, Keberson. Autonomia versus heteronomia: o princípio da moral em Kant e em Lévinas. **Conjectura: Filosofia e Educação,** Caxias do Sul, v. 18, n.3, p. 166-183, set./dez.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade:** o exercício do cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BUCCI, M. P. D. Políticas públicas e direito administrativo. In: _____. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002. p. 241-278.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros:** crime, segregação e violência em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- CAMARGO, A. de A. A questão agrária: crises de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano.** São Paulo: Difel, 1986. p. 121-222.
- CAMARGO, Climene Laura de; ALVES, Eloina Santana; QUIRINO, Marinalva Dias. Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. **Texto contexto enferm.,** Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 608-615, out./dez. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a19v14n4.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- CANIATO, Angela Maria Pires. Violências e subjetividades: o indivíduo contemporâneo. **Psicol. Soc.,** Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 16-32, 2008.

- CARBONARI, P.C. A formação do sujeito de direitos humanos pela educação: bases ético-filosóficas da educação em direitos humanos. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 20, n. esp., p. 14-38, 2015.
- CASTILLO, M. **A paz: razões de Estado e Sabedoria das nações**. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
- CASTRO, M. M (Org.). **Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: Unesco, 2001.
- CHAUX, E. Buscando pistas para prevenir la violencia urbana en Colombia: conflictos y agresión entre niños y adolescentes de Bogotá. **Revista de Estudios Sociales**, [S.l.], n. 12, p. 41-51, 2002.
- _____. Agresión reactiva, agresión instrumental y el ciclo de la violencia. **Revista de Estudios Sociales**, [S.l.], n. 15, p. 47-58, 2003.
- CESCON, E.; STECANELA, N. Educação à paz e em direitos humanos. **Conjectura: filosofia e educação**, Caxias do Sul, v. 20, n. esp., p. 85-100, 2015.
- CHAITIN, J. I need you to listen to what happened to me": personal narratives of social trauma in research and peace-building. **Am J Orthopsychiatry**, [S.l.], v. 84, n. 5, p. 475-486, Sep. 2014.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Coesão Social: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe**. Santiago de Chile: ONU, 2007.
- COSTA, G. M. C. et al. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. **Rev. Eletr. Enferm.**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 506-515, 2013. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n2/pdf/v15n2a25.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988. v. I, art. 1º a 5º, LXVII**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 33-52, 1999.
- DINIZ, A.M.A. Criminalidade e Segurança Pública. In: BELO HORIZONTE. **Anuário Estatístico de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2011.
- DODGE, K. A. The science of youth violence prevention. Progressing from developmental epidemiology to efficacy to effectiveness to public policy. **American Journal of Preventive Medicine**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 63-70, 2001.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Lisboa: Ed. Presença, 1974.

FAIRCLOUGH, N.; CHOULIARAKI, L. Social Life and Critical Social Science. In: _____. **Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001. cap. 2, p.19-36.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. New York: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2005.

_____. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FARENZENA, Zélia Maria Ferrazzo. A construção de preconceitos na diversidade humana In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (Org.). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2002. p. 139-147.

FARIA, M. H. R. G. V. de; SILVA, A. A.; ZANINI, D. Violência em Contos Infantis e na Vida Real. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 23, n. 3, p. 255-267, 2013.

FARIAS, L. O. "Individual Health Protection Strategies: A Study on Adherence to the Supplementary Health System." **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 405-16, 2001.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, A. L.; SILVEIRA, M. F. G.; PEIXOTO, A. C. L. Promoção de cultura de paz e resiliência: um estudo de caso do projeto de extensão rede coque vive da UFPE. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 140-168, 2013.

FLECK, M. P. D. A. et al. Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. **Rev Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 446-455, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005b.

_____. **O poder psiquiátrico: curso do Collège de France (1973- 1974)**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975b.

FREUD, S. 'Reflexões para os tempos de guerra e morte'. In: _____. **Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FRIDMAN, L. C., LEITE, M. P.; OLIVEIRA, P. P. Sussurro que se torna voz: moradores de favelas falam sobre violência, justiça e ação coletiva. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19., 2006. **Trabalhos apresentados...** Caxambu, 2006.

GADOTTI, M. (Org.) **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GALTUNG, J. **O que é uma Cultura de Paz e quais são os obstáculos que nos separam dela?**. São Paulo: UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/O%20que%20%C3%A9%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20Galtung.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GÓMEZ-BUENDÍA, H. (Ed.). **El conflicto, callejónconsalida**: Informe Nacional de Desarrollo Humano. Colômbia, 2003. Bogotá: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo PNUD, 2003.

GRAMSCI, A. Hegemony (Civil Society) and Separation of Powers. In: _____. **Selections from the prison notebooks**. Londres: ElecBook, 1971.

GROTIUS, H. **O direito da guerra e da paz**. 2. ed. [S.l.:s.n.], 2005.

GUIMARÃES, M.R. **Cidadãos do Presente**: crianças e jovens na luta pela paz. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

HEGEL, G. F. **Filosofia de espírito**. Buenos Aires: Ed. Claridad. 1969.

HELLER, A. A concepção de família no estado de bem-estar social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 8, n. 24, 1987.

_____. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra-Filosofia, 1970.

_____. _____. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **The theory of need in Marx**. London: Allison & Busby, 1976.

_____. **Sociologia de la vida cotidiana**. 4. ed. Barcelona: [s.n.], 1994.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os Pensadores).

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

JACOBI, P. R. Local social policies and the challenges of citizens participation. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002.

JARES, X.R. **Educação para a paz**: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra; PRIEGO-HERNANDEZ, Jacqueline. Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013. 252 p.

JUNQUEIRA L. Gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, p. 25-36, 2004.

KANT, I. **A paz perpétua**. [S.l.:s.n.], 1975.

KRUG, E.G. Injury Surveillance is Key to preventing injuries. **The Lancet**, [S.l.], v. 364, n.9445, p. 1553-1556, 2004.

LAGOS, María L. Vida cotidiana, ciudadanía y el género de la política. **Cuad. antropol. soc.** [S.l.], n. 28, p. 91-112, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O fim da História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1981.

LOCKE, J. **Carta sobre a tolerância, o Segundo tratado sobre o governo civil e Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção "Os pensadores").

LOPES, Adriana Carvalho. Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro v. 6, p. 193-206, 2012.

MAQUIAVEL, N. **Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio (1531)**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARRA, N. C.; GONÇALVES, R. C. O acesso ao direito social à moradia nas metrópoles: a periferização da oferta de habitação da região metropolitana de belo horizonte. **Espaço Jurídico**, v. 13, n. 1, p. 139-156, jun. 2012.

MARSHALL, Thomas Humphrey. "**Cidadania, classe social e status**". Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MATTOS, Amana Rocha; CASTRO, Lucia Rabello de. Jovens e a liberdade: reflexões sobre autonomia, responsabilidade e independência. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 64-73, 2016.

MINAS GERAIS. **Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Defesa Social, Superintendência de Prevenção à Criminalidade 2009.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Org.). **Violência sob o olhar da saúde: a infra-política da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

MIOTO, R. C. T; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MOREIRA, L. S.; BRANCO, A. U. Cultura de paz, moralidade e virtudes cívicas: contribuições da psicologia cultural. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 161-170, 2012.

NASCIMENTO, E. F.; GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1151-1157, 2009.

NASCIMENTO, J. L. “Telhado de Vidro” nas ONGs: Enfrentamento da Questão Social e Desafios Ao Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 91-105, jul. 2011.

NAVARRO, Z. Democracia e controle social de fundos públicos: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre (Brasil). In: BRESSER, L. C. P.; CUNILL, Grau (Org.). **O Público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas/CLAD, 1999.

NUNES, M. Idiomas culturais como estratégias populares para enfrentar a violência urbana. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**. Rio de Janeiro, Comitê Pualista para a década de Cultura de Paz, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Manifesto 2000**. Paris, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: 2002.

ORTEGA, R. R. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

OSÓRIO, L. C. Violência na contemporaneidade: um abordagem bio-psico-social. In: ARRIETA, G. A. et al. **A violência na Escola**. Canoas. Editora Ulbra, 2000.

OZELLA, S. (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAES, V. G. F.; RIBEIRO, L. M. L. Produção acadêmica sobre práticas de segurança pública e justiça criminal. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 9-33, 2014.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A Nova Ética Profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PANZINI, R. G. et al. Qualidade de vida e espiritualidade. **Rev Psiq Clín.**, São Paulo, v. 34, p. 105-115, 2007.

PASTANA, Débora Regina. Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 12, n. 22, p. 91-116, 2007.

PAULO NETTO; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, W. C. C. **O adoecer psíquico do subproletariado**. Belo Horizonte: IMAGO, 1990.

RAMOS, S. Brazilian responses to violence and new forms of mediation: the case of the Grupo Cultural Afro Reggae and the experience of the project "Youth and the Police". **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 419-428, 2006.

RAMOS, C. A. O modelo liberal e republicano de liberdade: uma escolha disjuntiva? **Trans/Form/Ação**, Marília, SP, v. 34, n. 1, p. 43-66, 2011.

RESENDE, V. **Análise de discurso crítica e realismo crítico**. Campinas: Pontes, 2009.

RODRIGUES, C. D.; OLIVEIRA, V. C. Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2007, **Trabalhos apresentados...** Recife, 2007.

RODRIGUES, C. D.; OLIVEIRA, V. C. Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 15-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/article/view/62>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ROLIM, M. **Mais educação, menos violência: caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana**. Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). 1978.

SAITO, M. I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. **Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 219-219, 2000.

SANTOS, Larissa Martins. **Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro**. 2007. 191 f. Monografia (Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. 493 p.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHUCH, Patrice. Tecnologias da não violência e modernização da Justiça no Brasil: O caso da Justiça Restaurativa. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. Porto Seguro. **Trabalhos apresentados...** Porto Seguro, 2008.

SCHWARCZ, Lílian Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 255-275.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS. **Portfólio Da Política de Prevenção Social à Criminalidade**. Belo Horizonte, 2015.

SHAW, C.; MCKAY, H. H. **Juvenile Delinquency in Urban Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SHIRI, Rahman. Happiness, health, and mortality. **The Lancet**, v. 388, n. 10039, p. 26- 27, 2016.

SILVA, A. T. R. Educação em direitos humanos: o currículo entre o relativismo e o universalismo. Campinas, Brasil. **Educ. Soc.**, Brasília, v. 36, n. 131, p. 461-478, abr./jun. 2015.

SILVA, A.G.; GIMENIZ-PASCHAL, S.R. Pesquisas sobre o programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD). **Revista LEVS**, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 102-114, 2010. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1130>>. Acesso em: 22 out. 2015.

SILVA, K. L. et al. Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4361-4370, p. 2014.

SILVEIRA, A. M. et al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010.

SILVEIRA, A. M. **Prevenindo homicídios: avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. 2007. 290f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOREL, G. **Réflexion sur la violence**. Paris: Minuit, 1970.

SORJ, B. Uma nota sobre os estudos de desigualdade social no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 19., 2001. Caxambu, **Trabalhos apresentados...**Caxambu, 2001.

SOUSA, L. A. A utilização da mediação de conflitos no processo judicial. 2004. **Jus Navigandi**. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/6199/a-utilizacao-da-mediacao-de-conflitos-no-processo-judicial>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

SOUZA, L. **Representações do “Programa Mais Médicos” pelo site Pragmatismo Político e pelo Portal do Conselho Federal de Medicina**. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

TAVARES, Ricardo et al. Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 923-934, 2016.

TREMBLAY, R. E. et al. From Childhood Physical Aggression to Adolescent Maladjustment: the montreal prevention experiment. In: PETERS, R. D.; MCMAHON, R. J. (Ed.). **Preventing Childhood Disorders, Substance Abuse, and Delinquency**. Thousand Oaks: Sage, 1996. (Banff International Behavioral Science Series 3).

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

ULIÂNNOV, Vladimir Ilítch. **O Estado e a revolução**. 2009. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/oestadoearevolucao.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

VALLESPÍN, F. La justicia. In: GALÁN, P. (Org.). **Democracia y virtudes cívicas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005. p. 259-287.

VALSINER, J. **Culture in minds and societies: Foundations of Cultural Psychology**. New York: DelhiSage, 2007.

VEZZULLA, Juan Carlos. A **Mediação Comunitária**: desafios e perspectivas. **Revista da Faculdade de Direito UniRitter**, Porto Alegre, n. 11, p. 47-60, 2010.

VIEIRA, G. O. A paz e os direitos do homem no pensamento de Norberto Bobbio. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 325-342, jul./dez. 2005.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília: Flacso, 2016.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Towards adulthood exploring the sexual and reproductive health of adolescents in South Asia**. Geneva: Department of Reproductive Health and Research, 2003.

ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

APÊNDICE A – Roteiro semi estruturado para coordenadores

- 1- Como se estrutura o programa Fica Vivo?
- 2- Qual o desenho das práticas inseridas no programa?
- 3- Qual a relação dessas práticas com a construção da Cultura de Paz?

APÊNDICE B – Roteiro semi estruturado para oficinairos

1- Como é para você ser oficinairo do Fica Vivo?

2- Qual a relação da sua oficina com a construção da Cultura de Paz?

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA: PRÁTICAS DE CULTURA DE PAZ NA VIDA COTIDIANA: ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Prezado participantes,

Por meio deste instrumento, venho torná-la ciente da pesquisa cujo título está referido acima, e convidá-la a participar voluntariamente da mesma. O objetivo da pesquisa é **analisar as práticas de cultura de paz na vida cotidiana**. A pesquisa é desenvolvida no curso de Mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e representa uma das exigências para obtenção do título de Mestre em Enfermagem. Essa pesquisa é de responsabilidade de Stephanie Marques Moura Franco Belga, orientada pela Dra. Kênia Lara Silva, professora dessa escola. Este termo de consentimento tem como finalidade fornecer informações sobre este estudo.

Por isto, é necessário esclarecê-la em relação a alguns procedimentos:

- Os riscos identificados no desenvolvimento da pesquisa referem-se a possíveis desconfortos para responder às questões. Caso não se sinta confortável você deve relatar ao pesquisador imediatamente para a suspensão da coleta.
- Serão garantidos às participantes anonimato, privacidade e sigilo absoluto em relação às informações e declarações prestadas verbalmente e/ou por escrito antes, durante e depois da realização da pesquisa.
- As informações obtidas não serão utilizadas em prejuízo das pessoas, inclusive em termo de auto-estima, prestígio e/ou econômico-financeiros. As gravações estarão seguras e serão inutilizadas após a pesquisa.
- Será garantida a liberdade de interromper a pesquisa a qualquer momento sem prejuízos para o participante.
- Não haverá despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.
- Os benefícios da pesquisa se referem à possibilidade da produção do conhecimento sobre uma nova abordagem no campo da violência que visa à perspectiva da Cultura de Paz.
- Concluída a pesquisa, seus resultados serão divulgados e ficarão acessíveis a qualquer pessoa.
- Caso participe, em qualquer momento poderá pedir informações ou esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa, bem como, sair da mesma e não permitir a utilização de seus dados, sem prejuízo algum.
- O seu consentimento em participar desta pesquisa deve considerar também, que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG (COEP/UFMG) sob o parecer nº....

Agradecendo sua colaboração, solicitamos ainda a declaração de seu consentimento livre e esclarecido assinada em duas vias e uma delas deverá ficar em sua posse.

Atenciosamente,

Stephanie Marques Moura Franco Belga
Pesquisadora Responsável

Acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito das informações sobre o estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim. Eu discuti com a pesquisadora Stephanie Marques Moura Franco Belga, sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

_____, _____, _____ de 20____.

 Nome/ assinatura do participante
 Data ____/____/____

Stephanie Marques Moura Franco Belga
 Rua Maria Macedo, 200, Nova Suiça
 Belo Horizonte/MG - CEP: 30421-223
 Tel: (031) 9701-6654

Kênia Lara Silva
 Escola de Enfermagem da UFMG
 Av. Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia,
 Belo Horizonte/MG - CEP: 30130-100
 Tel: (0xx31) 3409-9181

ANEXO A - Aprovação no comitê de ética em pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE – 51385315.3.0000.5149

Interessado(a): Profa. Kênia Lara Silva
Departamento de Enfermagem Aplicada
Escola de Enfermagem- UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 16 de dezembro de 2015, o projeto de pesquisa intitulado "**Práticas de Cultura de Paz na Vida Cotidiana: Estratégia para a Promoção da Saúde**", bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto através da Plataforma Brasil.

Profa. Dra. Telma Campos Medeiros Lorentz
Coordenadora do COEP-UFMG